



**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO
Programa de Pós-Graduação em Memória Social**

Monic Bráz Nogueira

**Entre Memória e Patrimônio: Identidades e Territorialidades no Morro da
Queimada – Ouro Preto (MG)**

RIO DE JANEIRO

2025

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO
Programa de Pós-Graduação em Memória Social

Monic Bráz Nogueira

Entre Memória e Patrimônio: Identidades e Territorialidades no Morro da Queimada
– Ouro Preto (MG)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social. Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio.

Orientadora: Prof(a) Dr(a) Maria Amalia Silva Alves de Oliveira

Rio de Janeiro
2025

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

N 778 Nogueira, Monic Bráz
 Entre Memória e Patrimônio: identidades e
 territorialidades no Morro da Queimada, Ouro Preto (MG) /
 Monic Bráz Nogueira. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
 108 f.

 Orientadora: Maria Amalia Silva Alves de Oliveira.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
 do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória
 Social, 2025.

 1. Identidades e Territorialidade . 2. Morro da
 Queimada - Ouro Preto (MG). 3. Ruínas arqueológicas. I.
 Oliveira, Maria Amalia Silva Alves de, orient. II. Título.

Aprovada pela Banca Examinadora:
29 de agosto de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof.a Dr.a Maria Amália Silva Alves de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof.a Dr.a Camila Maria dos Santos Moraes – UNIRIO

Prof. Dr. José Roberto Severino – UFBA

SUPLENTE

Prof.a Dr.a Adriana Russi Tavares de Mello – UNIRIO e Prof. Dr. Dan Gabriel
D'Onofre – UFRRJ

Dedicatória

Esta pesquisa só pôde existir graças à comunhão de pessoas, lugares e memórias que cruzaram meu caminho. Uma teia delicada, tecida com trabalho, esperança e as articulações do universo, que convergiram até este instante. Dedico a Ouro Preto - MG, minha família e amigos ao PPGMS/UNIRIO. Todos foram cruciais para desenvolver cada dia de trabalho, luta, distância, medos, alegrias e vitórias. Mas, de fato, a figura mais importante desse percurso se dá com o nome genérico de Mãe. E de nome único, Diolina Maria de Jesus Braz Nogueira, que é meu exemplo e norte.

Como todo caminho natural, assim que decidi estudar longe de casa o receio do futuro era constante. Desde o primeiro dia que fiz minhas malas e fui embora, tive o amparo de minha mãe e família, que não mediram esforços para que eu me formasse, pudesse ser uma boa profissional e tentaram mitigar quaisquer dificuldades e problemas que surgiam em meu caminho. Minha mãe repetia a cada despedida “ prometi que não ia chorar com suas idas, se você estivesse bem, fazendo de coração o que se comprometeu”. Eu sim, chorava. De receio do mundo que está à espera e de alegria por saber que sempre tenho para onde voltar.

Cada etapa do meu processo de trabalho e pesquisa tem marcas de minha Mãe, refletem os livros e autores que ela me ensinou a ler, sua maneira de compreender e viver a vida, a generosidade que ela desprende a todos que cruzam seu caminho, na fé que ela tem na vida, em Deus e no Outro. Me ensina que vida se dá no caminho, que amor é base sólida e que nada é em vão. Como dito por Drummond, um de seus autores prediletos:

Mãe não tem limite,
é tempo sem hora,
luz que não apaga
quando sopra o vento
e chuva desaba,
veludo escondido
na pele enrugada,
água pura, ar puro,
puro pensamento...

Mãe, na sua graça,
é eternidade...

Fosse eu Rei do Mundo,
baixava uma lei:
Mãe não morre nunca,
mãe ficará sempre
junto de seu filho
e ele, velho embora,
será pequenino
feito grão de milho.

Portanto, Mãe, te dedico, comungo e vibro essa pesquisa. Sendo a minha força,
minha bússola. Que meu amor por você é maior que a vida.

AGRADECIMENTOS

Escrever esses agradecimentos talvez seja a parte mais profunda de todo este trabalho. Como agradecer, de forma justa, a todas as pessoas, memórias e afetos que me atravessaram nesse percurso? Impossível. Mas, dentro das minhas limitações e com os olhos cheios de lágrimas, tento colocar em palavras o que pulsa no meu coração.

A vida, com sua sabedoria disfarçada de acaso, me trouxe até aqui. Como escreveu Rubem Alves: *“Sou o que sou porque tudo o que planejei deu errado. A vida me ensinou que a realidade é como uma piada e que não existe nada mais inútil que nossas projeções futuroológicas: o final é sempre inesperado... Daí a tolice das profecias.”* Sim, os erros foram meus melhores e mais necessários acertos. Cada caminho que parecia desvio se revelou essencial para moldar quem sou, como penso e como sinto o mundo. E é sob essa lente que reconheço: minha trajetória é feita de falhas férteis, de encontros improváveis, de reconstruções diárias.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por seu amor silencioso, que me sustentou mesmo quando eu não tinha forças para sustentar a mim mesma. À minha família: minha mãe, meu amor maior e porto seguro. À minha irmã Yaísa, que carrega no nome a luz, o chamado e a voz; minha alegria, minha cúmplice, meu abrigo. Te amo além desta vida. Ao meu pai, que me ensinou sobre esforço, limites e humanidade. Com ele aprendi que o afeto também pode ser complexo, mas nem por isso menos real. Agradeço ainda às minhas tias, tios, familiares e amigos de Unaí - MG, que me deram suporte nos momentos mais cruciais. Esta trajetória é minha, mas é também coletiva.

Ouro Preto, minha cidade-tempo, minha encruzilhada de caminhos. Agradeço por sua gente, sua força, sua memória viva. Você me moldou em tantas camadas que já não sei onde termina o que sou e começa o que vivi aí.

À UFOP, ao DEMUL e ao LAPACOM, minha base acadêmica. Obrigada por cada espaço de escuta, troca e provocação. As minhas companheiras de travessia em Ouro Preto e na vida — Katty, Jemima, Luiza —, vocês foram fôlego, foram abrigo e coragem em dias incertos. Minha gratidão é eterna.

À minha orientadora, Maria Amália Silva Alves de Oliveira, sua generosidade e confiança fizeram toda a diferença. Obrigada por ter me guiado com leveza e firmeza ao mesmo tempo.

Ao PPGMS/UNIRIO e a CAPES, por me acolherem, acreditarem e tornarem esta pesquisa possível.

E ao Rio de Janeiro, cidade que me desafiou, me curou e me revelou novas versões de mim, minha gratidão por abrir caminhos onde antes havia muros.

À Carol Bras, minha prima-irmã, e à querida Sabrina Vilhena, que se tornou irmã do coração: vocês foram casa no Rio de Janeiro, colo e presença nos dias bons e principalmente nos difíceis. Obrigada por caminharem comigo.

Ao Morro da Queimada, território de passos, escuta e silêncio. Lugar de história viva, de lutas não contadas, de ausências gritantes. A pesquisa que construí é pequena diante da grandeza do que você contém. À Serra de Ouro Preto, que habitou minha mente e meu corpo por quase sete anos, de diferentes formas. Obrigada pelas lições, pelos encontros, pelas camadas reveladas.

Agradeço ainda às vozes que não estão mais aqui, mas que resistem nas pedras, nos rastros, nas histórias que o tempo não conseguiu apagar. Aos Congadeiros, à Guarda de Moçambique em especial, às instituições de memória, aos moradores que compartilharam suas narrativas, e às almas que ali viveram e vivem ainda, de algum jeito, em cada canto da cidade.

E por fim, agradeço ao Tempo. Esse ser invisível, cíclico, nada linear. Que nos molda, nos dobra e nos reconstrói. Que me empurrou para o desconhecido e me ensinou a ter fé no que ainda não sei.

Obrigada por tudo.

*“Há vozes enterradas sob o barro dos morros.
Quem caminha com o coração atento escuta o tempo
respirar nas ruínas e sente o passado pulsar sob os pés.
Quem cuida da memória, não deixa a casa cair.
Porque há chão que guarda mais que ouro, guarda raiz,
reza e nome de gente.”¹*

¹ Epígrafe autoral.

NOGUEIRA, Monic Bráz. **Entre Memória e Patrimônio: identidades e territorialidades no Morro da Queimada, Ouro Preto (MG)**. 2025. 108 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Resumo

A dissertação “Entre Memória e Patrimônio: Identidade e Territorialidades no Morro da Queimada – Ouro Preto (MG)” investiga como moradores da Serra de Ouro Preto constroem vínculos de memória, identidade e pertencimento com o Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada (PNMAMQ). Justifica-se pela necessidade de compreender a territorialização de memórias e identidades em contextos marcados por desigualdades, racismo estrutural e disputas patrimoniais. Adota abordagem qualitativa, etnográfica e interdisciplinar, articulando entrevistas, observação participante e análise documental e bibliográfica, em diálogo com Museologia Social, Antropologia e Estudos do Patrimônio. Foram mapeados atores sociais e comunitários ativos, como grupos religiosos, associações culturais, setor turístico, universidade e poder público, evidenciando múltiplas formas de relação com o território. Ao ampliar a noção de patrimônio para além do caráter normativo, evidencia como práticas cotidianas, festas religiosas, afetividades e resistências reconfiguram os sentidos do lugar. O Morro da Queimada é compreendido como território palimpsesto, com sobreposição de tempos históricos e usos sociais, destacando o papel das populações negras e marginalizadas e as disputas por reconhecimento frente a políticas públicas limitadas. A dissertação conclui que o parque e o território urbano de Ouro Preto não formam uma unidade consensual, mas sim um campo de conflitos e disputas por sentidos. Defende-se, assim, a urgência de uma governança patrimonial mais participativa, inclusiva e situada, que reconheça os saberes locais e promova o cuidado com as histórias, afetos e vivências inscritas no espaço. Ao abordar as territorialidades, resistências culturais e demandas por justiça histórica, o trabalho contribui para os debates contemporâneos sobre memória social e políticas patrimoniais. Ressalta-se, por fim, a importância de imaginar futuros mais inclusivos a partir do reconhecimento das múltiplas vozes que habitam e significam o Morro da Queimada.

Palavras-chave: Morro da Queimada; Ruínas arqueológicas; Memória social; Memória e patrimônio; Territorialidade.

NOGUEIRA, Monic Bráz. **Between Memory and Heritage: Identities and Territorialities in Morro da Queimada, Ouro Preto (MG)**. 2025. 108 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Abstract

The dissertation “*Between Memory and Heritage: Identity and Territorialities in Morro da Queimada – Ouro Preto (MG)*” investigates how residents of the Serra de Ouro Preto construct bonds of memory, identity, and belonging with the Morro da Queimada Municipal Archaeological Natural Park (PNMAMQ). It is justified by the need to understand the territorialization of memories and identities in contexts marked by inequalities, structural racism, and heritage disputes. The study adopts a qualitative, ethnographic, and interdisciplinary approach, combining interviews, participant observation, and documental and bibliographic analysis, in dialogue with Social Museology, Anthropology, and Heritage Studies. Active social and community actors were mapped, including religious groups, cultural associations, the tourism sector, universities, and public authorities, highlighting multiple forms of engagement with the territory. By broadening the notion of heritage beyond its normative character, the dissertation shows how everyday practices, religious festivals, affective ties, and acts of resistance reshape the meanings of place. Morro da Queimada is understood as a palimpsest territory, with overlapping historical times and social uses, emphasizing the role of Black and marginalized populations and the struggles for recognition in the face of limited public policies. The dissertation concludes that the park and the urban territory of Ouro Preto do not form a consensual unit, but rather a field of conflicts and contests over meaning. It advocates the urgency of more participatory, inclusive, and situated heritage governance that recognizes local knowledge and promotes care for the histories, affections, and experiences inscribed in the space. By addressing territorialities, cultural resistances, and demands for historical justice, the study contributes to contemporary debates on social memory and heritage policies. Finally, it highlights the importance of imagining more inclusive futures based on the recognition of the multiple voices that inhabit and give meaning to Morro da Queimada.

Keywords: Morro da Queimada; Archaeological ruins; Social memory; Memory and Heritage; Territoriality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cândido Portinari - Esboço. Desenho a grafite. "Esquartejamento de Felipe dos Santos" | (estudo para o mural "Esquartejamento de Felipe dos Santos")

Figura 2 - Ocupação contemporânea em áreas de mineração

Figura 3 - Áreas com tendência à expansão urbana no núcleo urbano de Ouro Preto (MG)

Figura 4 - Construções de alvenaria contemporânea sob as ruínas arqueológicas do Morro da Queimada

Figura 5: Lavagem do minério de ouro perto da montanha de Itacolomi

Figura 6 - Ruínas de antigas estruturas de mineração colonial, PNMAMQ

Figura 7 - Sepultura simbólica de Francisca Fernandes Vieira (FFV), localizada na entrada da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Ouro Preto (MG)

Figura 8 - Urubu pousado na cruz da Capela de São João Batista, Ouro Preto (MG)

Figura 9 - Estrutura remanescente de moinho, localizada no PNMAMQ

Figura 10 - Bandeira estendida na Casa de Cultura Negra em Ouro Preto (MG)

Figura 11 - Rugendas (Brasil 1822/1825)- Reinado, Ouro Preto (MG)

Figura 12 - Guarda de Moçambique de Ouro Preto (MG)

Figuras 13 e 14 - Vestígios de fogueira, possivelmente associada a prática ritualística

Figuras 15 e 16 - Ossada de animal doméstico acompanhada por entulhos de construção e resíduos plásticos

Figura 17 - Galeria de mina remanescente do século XVIII, localizada no PNMAMQ

LISTA DE SIGLAS

AMA-OP – Associação de Moradores e Amigos de Ouro Preto

APA – Área de Proteção Ambiental

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

DEMUL – Departamento de Museologia

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LAPACOM – Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários

PNMAMQ – Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada

PPGMS – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

SALIC – Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
PERCURSO METODOLÓGICO E TEÓRICO DA PESQUISA.....	18
CAPÍTULO 1 - MORRO DA QUEIMADA ONTEM: DA SEDUÇÃO DO OURO ÀS FOGUEIRAS DE 1720.....	23
CAPÍTULO 2 - MEMÓRIA E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: QUEM VIVE A CIDADE E COMO ISSO TENSIONA AS NARRATIVAS PATRIMONIAIS.....	36
CAPÍTULO 3 - COMPREENDENDO O TERRITÓRIO PELA ESCUTA: PERFIS, PRÁTICAS E CAMINHOS DA ETNOGRAFIA.....	42
CAPÍTULO 4 - DAS INSTITUIÇÕES AO COTIDIANO: POR QUE A MEMÓRIA REVERBERA?.....	64
4.1 Congado, oralitura e outras ativações de memória.....	68
4.2 Poder local: Presente e políticas.....	75
4.3 Turismo: Cenário econômico e disputas narrativas.....	81
4.4 Universidade: Pesquisa, extensão e seleção da memória.....	87
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
7 - ANEXOS.....	101

INTRODUÇÃO

A Memória perpassa por diversas construções, através da história, dos sujeitos, do tempo, do território. Desdobra-se em múltiplos olhares e narrativas: ora engendra tensões e catalisa mobilizações, ora suscita alegria quando é ativada afetivamente. Compreender a formação contemporânea de uma comunidade através da memória e do patrimônio, exige que diversos fatores sejam evocados.

Entre os eixos que estruturam esta investigação — comunidade, temporalidade, identidade e ruína — adotei um procedimento analítico análogo a uma escavação arqueológica: sucessivas camadas foram pacientemente removidas e examinadas para revelar as engrenagens que articulam sujeito, território, memória e identidade. Os dados emergiram, assim, como autênticos artefatos mnemônicos. A pesquisa percorre cada estrato, desdobrando por meio de revisões históricas, análises documentais e teóricas, além de trabalho etnográfico de campo.

Assim o problema de pesquisa surgido, é de que maneira os moradores da Serra de Ouro Preto constroem e expressam vínculos de memória, identidade e pertencimento com o território do Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada (PNMAMQ), considerando os distintos perfis sociais, históricos e simbólicos que atuam sobre o espaço, e como essas relações tensionam ou dialogam com os processos institucionais de patrimonialização, religiosidade, turismo e gestão territorial.

Mediante as junções de informações levantadas através dos eixos citados, tornou-se claro que a comunidade contemporânea se conecta ao território formando camadas de memórias e pertencimentos. Desmembrando-se em relações que são institucionais, identitárias, econômicas e afetivas. Traçando os perfis através das entrevistas compreende-se que essas relações confirmam a discussão teórica apresentada ao longo da pesquisa; as interações não se conformam a um bloco monolítico: elas se tecem em torno de núcleos distintos, moradores, pesquisadores vinculados à universidade, agentes do poder público, instituições de salvaguarda cultural e ainda por dois perfis de turismo que se sobrepõem e se tensionam, um de vocação econômica, outro de matriz afro centrada, voltado para um reconhecimento identitário.

A pesquisa, a qual articula experiências sociais, paisagens históricas e práticas de rememoração no território do Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada. O recorte espacial escolhido concentra ruínas de antigas estruturas de mineração colonial localizadas no PNMAMQ, atravessado por tensões entre narrativas hegemônicas e memórias subterrâneas, principalmente aquelas ligadas à presença negra, à diáspora forçada africana e às resistências populares.

Evidenciou-se, porém, que o parque e seu território não constituem uma referência homogênea: as conexões variam conforme o núcleo em que cada grupo reside ou atua. Para muitos moradores ele é, sobretudo, um espaço de passeio, trilhas e contato com a natureza; em outros casos, há quem sequer conheça sua existência como patrimônio ativo e os processos históricos ali desenvolvidos. A vinculação mais estreita aparece entre pessoas e coletivos ligados a instituições de pesquisa, órgãos públicos ou ao setor de turismo, indicando que a relação de pertencimento e memória se distribui de maneira desigual entre os diferentes segmentos da Serra de Ouro Preto. O parque, na pesquisa, é uma âncora de memória, comunidade e do patrimônio.

Os perfis identificados nas entrevistas e nas observações de campo se conectam com as análises teóricas que se seguem, pois os conceitos de comunidade, identidade e memória funcionam como chaves interpretativas que iluminam os dados produzidos pela pesquisa etnográfica.

Apresento, no primeiro capítulo intitulado “Morro da Queimada ontem: da sedução do ouro às fogueiras de 1720” o território do Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada (PNMAMQ) e a Serra de Ouro Preto como campo privilegiado para pensar as relações entre memória, patrimônio e vida urbana. Trata-se de um lugar estratificado por camadas históricas, simbólicas e sociais que se acumulam desde a sedução do ouro e as fogueiras de 1720 até os usos e conflitos contemporâneos.

A área concentra, simultaneamente, ruínas materiais e narrativas em disputa: enquanto o imaginário oficial de Ouro Preto tende a fixar-se na memória barroca e nos marcos consagrados da patrimonialização, as experiências das comunidades negras e periféricas, os ofícios tradicionais, a religiosidade popular, com destaque para o Congado e os modos cotidianos de morar e circular constituem repertórios de

sentido frequentemente subalternizados. É nesse entrecruzamento que se coloca o problema desta dissertação: compreender como a memória opera como força ativa na produção do espaço, informando políticas, práticas e conflitos, e de que modo diferentes atores disputam a legitimidade de dizer o que deve ser lembrado, preservado e valorizado no Morro da Queimada e em seus entornos.

O recorte temporal e institucional adotado no segundo capítulo “Memória e Ocupação do Território: poder, patrimonialização e cidade vivida” ilumina pontos de inflexão. Em 2008, o sítio foi inscrito no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sob a designação “Morro da Queimada”, o que o incorporou formalmente aos circuitos nacionais de preservação arqueológica. Em 17 de junho de 2009, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) aderiu ao projeto, agregando ações de pesquisa e proteção.

A definição da poligonal do Parque, por sua vez, configurou um momento-chave de institucionalização: a partir daí, o território passou a ser enquadrado por políticas de preservação ambiental, histórica e arqueológica, ordenando expectativas, acessos e responsabilidades. Essas decisões, longe de neutras, incidiram sobre a forma urbana e sobre as relações sociais locais, tensionando interesses econômicos, turísticos e comunitários e reatualizando processos de gentrificação e de produção de ausências.

Terceiro capítulo “Compreendendo o Território pela Escuta: Perfis, práticas e caminhos da Etnografia” parte da pergunta “quem vive a cidade?” orienta a análise. Parto do pressuposto de que as desigualdades raciais, econômicas e educacionais, distribuídas de modo desigual entre o centro histórico e os bairros periféricos são fundamentais para entender quem pode (ou não) inscrever sua memória no espaço público. Mapear os sujeitos e coletivos que habitam o território da Serra de Ouro Preto e do PNAMQ permite identificar como legados da colonização e da diáspora africana se articulam às lógicas contemporâneas de patrimonialização. Assim, a memória deixa de ser tratada como estoque de passado e passa a ser compreendida como prática situada que produz pertencimentos, reposiciona fronteiras e informa políticas e investimentos.

Metodologicamente, a pesquisa assenta-se em etnografia, com ênfase na escuta como método. Entrevistas em profundidade, conversas informais e

observações de campo foram conduzidas na Serra e no entorno do Parque para captar os sentidos atribuídos ao lugar, experiências de pertencimento e registros de conflito. A escuta, tal como praticada aqui, não é mera técnica de coleta: é escolha epistemológica que reconhece as vozes locais como produtoras de conhecimento e problematiza hierarquias entre “memória oficial” e “memórias vividas”. Ao assumir o território como polifonia, o trabalho aposta em um diálogo entre narrativas que denunciam, tensionam e também celebram formas de comunitariedade, frequentemente invisibilizadas pelas gramáticas hegemônicas do patrimônio.

Do ponto de vista analítico, quatro atores coletivos emergem como centrais na construção, circulação e disputa das memórias: grupos religiosos (com destaque para o Congado), o poder local, o setor de turismo e a universidade. Cada um opera com temporalidades, repertórios e instrumentos distintos, influenciando, direta ou indiretamente, a gestão do Parque e a produção de sentidos sobre a Serra. Enquanto o turismo tende a converter memórias em ativos econômicos e roteiros estetizados, o poder público oscila entre a celebração do legado barroco e a dificuldade de instituir políticas que reconheçam as territorialidades populares. A universidade, por sua vez, transita entre a mediação e a tradução de saberes, nem sempre conseguindo escapar de lógicas extrativistas do ponto de vista do conhecimento. Já o Congado e outras matrizes socioculturais inscrevem, no ritmo do cotidiano, práticas de resistência e continuidade, reatualizando memórias afro-brasileiras que desafiam leituras homogeneizantes do passado.

Os resultados apontam para um descompasso entre a retórica da preservação e a efetividade das políticas públicas. A institucionalização do PNAMQ ampliou a visibilidade do sítio, mas não resolveu entraves concretos de acesso, participação cidadã e reconhecimento de direitos no território. Persistem assimetrias na capacidade de determinados grupos fazerem valer suas versões do passado e, por consequência, seus projetos de futuro. A memória oficial, ancorada em marcos monumentais e narrativas de exceção artística, convive (não sem fricções) com memórias de dor, trabalho e fé que moldam trajetórias familiares e redes de apoio. Nesse quadro, a democratização da memória demanda mais do que dispositivos de registro: requer processos de decisão compartilhada, formas de

escuta institucionalizada e políticas que valorizem conhecimentos locais sem subordina-los a lógicas exclusivamente turísticas ou mercadológicas.

Ao consolidar um retrato denso do Morro da Queimada, a dissertação propõe deslocamentos teóricos e práticos. Teoricamente, aproxima estudos de memória, antropologia urbana e debates críticos sobre patrimonialização, articulando-os a perspectivas decoloniais que interrogam quem define o que merece ser preservado. No plano prático, sustenta a necessidade de desenho e implementação de políticas intersetoriais: ambientais, culturais, urbanísticas e educacionais. Capazes de reconhecer a pluralidade de atores e repertórios em jogo. A aposta é que uma memória mais democrática não apenas repara silenciamentos históricos, mas também amplia as possibilidades de pertença e de justiça espacial no território do PNAMQ.

Em síntese, argumento que a memória “reverbera” porque está em permanente disputa e negociação: circula entre práticas cotidianas, políticas públicas e estratégias institucionais; produz afetos, regula acessos e estrutura oportunidades; e, sobretudo, reconfigura sentidos de identidade e de lugar. Olhar para o Morro da Queimada por essa lente permite ultrapassar dicotomias entre ruína e vida, passado e presente, patrimônio e cidade — e reconhecer, no vaivém dessas vozes, o movimento vivo de uma Ouro Preto que se reinventa.

PERCURSO METODOLÓGICO E TEÓRICO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar de que maneira os moradores da região da Serra de Ouro Preto constroem e vivenciam vínculos de memória, identidade e pertencimento com o território que compõe o Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada (PNMAMQ), considerando os aspectos históricos, sociais e simbólicos que permeiam as relações entre comunidade e território. Especificamente, busca-se analisar os processos históricos de formação e transformação do território de Ouro Preto, com ênfase nos ciclos de ocupação, nas crises econômicas e sociais e nos períodos de abandono ao longo do tempo, desde o período colonial, de modo a compreender como tais processos contribuíram para a constituição de uma identidade local.

Procura-se, ainda, compreender as conexões territoriais, sociais e simbólicas entre os diversos núcleos comunitários da Serra de Ouro Preto (São Cristóvão, Morro São Sebastião, Morro da Queimada, Morro São João, Morro Santana, Santa Cruz e partes dos bairros Alto da Cruz e Padre Faria) e o PNMAMQ, identificando as formas de uso, apropriação e significados atribuídos ao espaço pelos moradores. Investiga-se, também, as narrativas e práticas comunitárias que expressam sentidos de pertencimento e memória coletiva vinculados ao território do PNMAMQ, valorizando os saberes locais e suas formas de resistência, permanência e disputa simbólica frente aos processos institucionais de patrimonialização. Por fim, refletem-se as implicações sociopolíticas da relação entre os moradores e o PNMAMQ, considerando os conflitos e as potencialidades para a construção do debate e da preservação que sejam culturalmente sensíveis, inclusivas e participativas.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como memórias e identidades são territorializadas em contextos marcados por disputas históricas, desigualdade social, racismo estrutural e processos contínuos de patrimonialização. O Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada, situado em Ouro Preto/MG, não se limita a um espaço físico de ruínas e paisagens naturais: trata-se de um território simbólico, atravessado por narrativas oficiais e por experiências cotidianas de pertencimento, resistência e exclusão. Parte-se da

compreensão de que a memória é um artefato social e cultural em disputa, que se revela tanto nos registros institucionais quanto nos modos de vida das populações negras e periféricas que habitam a Serra de Ouro Preto. Inspirada nas reflexões de Sueli Carneiro (2015), Lélia Gonzalez (1988) e Beatriz Nascimento (2006), a pesquisa reconhece que a memória não é homogênea, mas marcada por tensões, conflitos e desigualdades que refletem as hierarquias raciais e sociais produzidas ao longo da história; iluminar as formas plurais de construir comunidade e identidade é também enfrentar o apagamento histórico que recaiu sobre os descendentes da diáspora africana.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo se insere nos campos da Museologia, Antropologia e dos Estudos do Patrimônio, articulando-se às contribuições de autores como Françoise Choay (2001), Mário Chagas (2015) e Regina Abreu (2020), que problematizam os processos seletivos de patrimonialização e seus impactos sociais. Do ponto de vista político, responde à necessidade de ampliar os debates sobre direito à cidade e direito à memória (Abdias do Nascimento, 1982; Milton Santos, 2005), questionando os limites das políticas patrimoniais que frequentemente inviabilizam as territorialidades negras e populares.

Assim, ao articular teoria, história e etnografia, a pesquisa propõe uma abordagem crítica e situada da memória, capaz de dar visibilidade às experiências silenciadas e de tensionar os modelos tradicionais de preservação. Trata-se de uma contribuição que, além de acadêmica, é socialmente relevante, pois busca compreender como comunidades historicamente marginalizadas se relacionam com o patrimônio e como podem participar ativamente da construção de uma memória mais democrática, plural e decolonial.

Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa e interpretativa, orientada pelo interesse em compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos ao território que habitam, bem como os modos pelos quais constroem vínculos de memória, identidade e pertencimento. Tal escolha está ancorada na compreensão de que a realidade social é composta por múltiplas camadas simbólicas e afetivas, o que demanda investigá-la a partir das narrativas, práticas e experiências dos atores sociais envolvidos. Para alcançar os objetivos propostos, optou-se por um desenho de natureza etnográfica, com a realização de observação participante e entrevistas

semiestruturadas com moradores da Serra de Ouro Preto, especialmente dos núcleos que circundam o PNMAMQ. A etnografia possibilitou um mergulho nos modos de vida locais, favorecendo o contato direto com os sujeitos e suas práticas cotidianas, além de captar nuances que escapariam a uma abordagem exclusivamente documental ou estatística.

As entrevistas foram conduzidas com o intuito de explorar memórias individuais e coletivas, trajetórias de vida, relações com o território, percepções sobre o parque e seus usos, bem como as formas de pertencimento e resistência. As falas dos interlocutores foram tratadas como artefatos mnemônicos, capazes de revelar camadas profundas de sentidos e afetos. Paralelamente ao trabalho de campo, realizou-se uma análise documental voltada à compreensão do enquadramento institucional do PNMAMQ. Foram examinados documentos como leis, projetos de tombamento, planos de manejo, materiais de divulgação turística, além de registros produzidos por instituições públicas e universidades. Essa análise contribuiu para mapear os discursos hegemônicos sobre o território e identificar possíveis contradições ou apagamentos em relação às memórias locais.

No contexto do parque, a investigação apoiou-se também em revisão bibliográfica e histórica que articulou diferentes eixos teóricos — memória, patrimônio, identidade, território e ruína — com aportes vindos da Antropologia, História, Museologia, Estudos Culturais e Geografia. Essa abordagem multidisciplinar permitiu compreender como as tramas da história, da cultura e da materialidade conformam o modo como o território é vivido, narrado e disputado pelas diferentes vozes que nele atuam. Adota-se, como estratégia metodológica, o estudo de caso do PNMAMQ, entendendo-o como um território singular de disputa de memórias, identidades e territorialidades; a escolha decorre da necessidade de aprofundar a análise em um contexto específico, reconhecendo nele um microcosmo das tensões mais amplas entre memória oficial e memória vivida, entre patrimônio institucional e experiências comunitárias.

A metodologia articula pesquisa bibliográfica, documental e de campo, em diálogo interdisciplinar com a Museologia, a História, a Antropologia e os Estudos Culturais. A dimensão documental contempla a análise de registros históricos e normativos relacionados ao processo de patrimonialização do território e à formação

urbana de Ouro Preto. Já a dimensão bibliográfica mobiliza autores que problematizam o patrimônio como construção social e política (Choay, 2001; Chagas, 2015; Abreu, 2020), bem como pensadoras e pensadores negros que enfatizam a centralidade da memória, da oralidade e do corpo-território na construção identitária (Carneiro, 2015; Gonzalez, 1988; Beatriz Nascimento, 2006; Muniz Sodré, 2019). A dimensão empírica desenvolve-se por meio de trabalho de campo etnográfico, priorizando a escuta e o registro das narrativas locais.

A oralidade, conforme argumenta Beatriz Nascimento (2006), não se reduz à transmissão de informações, mas constitui um espaço de resistência e reinscrição histórica; nesse sentido, entrevistas, rodas de conversa e observações participantes são tratadas como práticas de memória e de elaboração identitária. O corpo, entendido como território (Sodré, 2019), orienta a forma de compreender como os sujeitos se movem, ocupam e atribuem sentidos ao espaço.

O material recolhido foi analisado à luz dessa perspectiva analítica, buscando compreender como os moradores ressignificam o patrimônio e como suas memórias e práticas desestabilizam narrativas oficiais. Mais do que um simples levantamento descritivo, o estudo pretende evidenciar as tensões e os modos de negociação que atravessam a relação entre comunidade e território patrimonializado. Dessa forma, não se propõem comparações com outros contextos, mas um mergulho aprofundado em um caso específico, cujas particularidades permitem iluminar problemáticas mais amplas sobre memória, identidade, desigualdade racial e políticas patrimoniais no Brasil.

Assim, essa base teórica multifacetada foi fundamental para analisar o Morro da Queimada como um território em disputa, entre a conservação institucional e os usos cotidianos, entre o passado colonial e as heranças afrodescendentes, entre a ruína e a resistência. A articulação entre esses autores permitiu compreender a complexidade das relações entre espaço, memória e poder, abrindo caminhos para pensar formas mais horizontais e participativas de gestão patrimonial.

Um aspecto relevante do percurso metodológico foi o uso do método comparativo entre os diversos agentes que vivem e atuam na Serra de Ouro Preto, como os grupos religiosos, o poder público, a universidade e o setor turístico. A comparação permitiu observar diferenças e semelhanças nos modos de se

relacionar com o parque, nas formas de memória ativadas e nos graus de apropriação simbólica do território. Nesse sentido, o percurso metodológico desta dissertação não apenas fundamenta a produção de conhecimento situada e sensível às vozes locais, como também busca tensionar modelos tradicionais de pesquisa sobre patrimônio e memória, abrindo espaço para práticas mais inclusivas, dialógicas e comprometidas com a escuta e a experiência da comunidade.

CAPÍTULO 1 - MORRO DA QUEIMADA ONTEM: DA SEDUÇÃO DO OURO ÀS FOGUEIRAS DE 1720

No Romanceiro da Inconfidência, Cecília Meireles descreve: “Mil bateias vão rodando sobre córregos escuros; a terra vai sendo aberta por intermináveis sulcos; infinitas galerias penetram morros profundos” (Meireles, 1989). Em 1698, bandeirantes paulistas alcançam as serras que hoje conhecemos como Ouro Preto: Antônio Dias de Oliveira e o padre João de Faria Fialho encontram ouro aluvionar, ocupando encostas, rios e serras para sua exploração. Em 1711, o arraial é elevado a vila, com o nome de Vila Rica de Albuquerque, sede da Capitania das Minas Gerais². O topônimo “Ouro Preto” só seria adotado em 20 de maio de 1823, quando Vila Rica se torna cidade – referência ao ouro escuro, recoberto por óxido de ferro, que ali se extraía³.

Para compreender o recorte deste estudo, precisamos revisitar o início do século XVIII, quando Vila Rica⁴ vivia crescente tensão contra os ditames da Coroa portuguesa. A instauração das Casas de Fundição, o aumento do quinto – imposto de 20 % sobre o ouro –, a proibição de transportar ouro em pó e o reforço do aparato fiscal alimentaram um clima de insatisfação coletiva. Entre 1710 e 1720, a Coroa buscou reordenar a arrecadação (Guimarães; Nascimento, 2006, p. 10). Em 1719, o aumento do quinto tornou-se a gota d’água. Na noite de 28 de junho de 1720, escravizados e potentados, liderados por Felipe dos Santos, marcharam da Serra de Ouro Preto à Casa de Fundição (atual Casa dos Contos) exigindo o recuo da administração lusa (Anastasia, 1998).

A repressão foi dura: o Conde de Assumar determinou que se incendiasse o Arraial do Ouro Podre, assim chamado pela técnica de talho aberto empregada pelos mineradores. Hoje, as estruturas arqueológicas remanescentes incluem dezenas de mundéus, catas, muros de arrimo, açudes (Guimarães, 1996, p. 60), um moinho eólico possivelmente destinado à moagem de grãos e eventuais moradias (Arcuri;

² IPHAN. “Ouro Preto – Patrimônio Histórico”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1493/>. Acesso em: 15/12/2024

³ PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. “História da Cidade”. Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/turismo/acidade>. Acesso em: 15/12/24

⁴ Em 15 de dezembro de 1712, por decreto real, foi fundada a Villa Rica.

Costa, 2020). Os revoltosos foram perseguidos; Felipe dos Santos, condenado à morte por arrastamento e esquartejamento, tornou-se mártir da Sedição. O próprio documento de sentença registra que, “para exemplo dos mais que se acham em armas”, o réu deveria perecer “morte natural para sempre”, correr “arrastado pelas ruas públicas desta vila” e ser “esquartejado”⁵.

Figura 1: Candido Portinari⁶ - Esboço. Desenho a grafite. "Esquartejamento de Felipe dos Santos" (estudo para o mural "Esquartejamento de Felipe dos Santos").



Fonte: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/execucao-de-filipe-dos-santos-o-lider-da-revolta-d-e-vila-rica-por-portinari.html>

Embora a figura de Felipe dos Santos concentre a memória do levante, é fundamental reconhecer o protagonismo da população negra, escravizada e forra, que conferiu corpo e potência ao movimento, abalando o poder colonial e forçando

⁵ "Requerimento e outros documentos da viúva de Filipe dos Santos, Teresa Maria, pedindo a entrega dos bens que pertenciam ao marido. Vila Rica, 1722". Originais 58 pgs. II.31,31,19. ("Maço de confiscos n.122", fl 5v-7) BNRJ.

⁶ Obra localizada recentemente pelo historiador Luciano Figueiredo. Retrata a execução, de Felipe dos Santos. A trajetória de Felipe dos Santos, embora de grande relevância histórica, acabou parcialmente obscurecida pela centralidade assumida, em narrativas posteriores, pelo mito de Tiradentes e pela Inconfidência Mineira. Ao representar sua execução, Portinari não apenas revisita um episódio fundamental da história colonial brasileira, mas também contribui para a revalorização de um personagem cuja atuação expressa a emergência precoce de ideais de liberdade e contestação à ordem vigente. A obra Felipe dos Santos insere-se em continuidade com outras produções de caráter histórico de Portinari, como os estudos e a série dedicados a Tiradentes. Em ambas, o artista retoma o tema da punição e do sacrifício de figuras emblemáticas da luta por justiça e liberdade no Brasil, estabelecendo um diálogo visual e simbólico sobre a violência do poder e a persistência dos ideais emancipatórios ao longo da história nacional.

recuos concretos. Entre as principais consequências da sedição destacam-se o adiamento, por quatro anos, da instalação definitiva das Casas de Fundação em Minas Gerais e a cisão da Capitania de São Paulo e Minas Gerais em duas unidades administrativas.

Diversos movimentos e ações populares interferiram na constituição da cidade, mas se torna impossível abordar esse período sem a presença negra. O empreendimento minerador não pode ser compreendido sem a centralidade africana. Mais do que força física, homens e mulheres escravizados detinham saberes técnicos que permitiram a extração aurífera em condições adversas. Tais práticas, porém, não permaneceram estáticas: foram adaptadas ao contexto local, combinando técnicas africanas com recursos e exigências do território colonial, produzindo novas identidades coletivas (Scarano, 1978; Law, 2006).

Ao contrário de leituras que apresentam uma “herança africana essencial”, observa-se em Vila Rica um processo de recriação cultural, no qual práticas religiosas, línguas e modos de sociabilidade se transformaram na experiência do cativo. Essa perspectiva rompe com a ideia de culturas africanas imutáveis e sublinha a criatividade histórica da população negra (Soares, 2017).

Sueli Carneiro (2005) alerta para o “epistemicídio”, ou seja, a negação sistemática do conhecimento produzido pelos negros, mostrando como esses sujeitos não apenas resistiram, mas também produziram mundos sociais e culturais próprios.

A formação contemporânea de Ouro Preto resulta de um processo histórico multifacetado, caracterizado por sucessivas reconfigurações migratórias, transformações sociais e adequações urbanas. A cidade não pode ser compreendida apenas como herdeira dos atravessamentos coloniais, mas como produto de distintas etapas de industrialização, expansão educacional e redefinição patrimonial. Nesse sentido, a leitura de Ouro Preto como “cidade-monumento”, conforme problematiza Choay (2001), deve ser tensionada pela observação das dinâmicas sociais e econômicas que moldaram sua paisagem após o período colonial.

Mesmo com o fim da ordem colonial — e a despeito das transformações subsequentes na Serra de Ouro Preto —, a ocupação do entorno do sítio

arqueológico do Morro da Queimada permaneceu ativa, incidindo sobre o patrimônio natural e sobre as estruturas arqueológicas remanescentes. A proximidade do sítio em relação à Praça Tiradentes e a importantes eixos viários favoreceu um processo de adensamento urbano acelerado e, em grande medida, espontâneo, marcado pela construção de edificações sem planejamento formal. As próprias ruínas, convertidas em fonte acessível de materiais construtivos, evidenciam uma relação funcional entre a população local e os vestígios históricos. Ainda que o território tenha sido incluído, desde 1933, no perímetro de tombamento federal, as políticas de proteção e os mecanismos de fiscalização revelaram-se insuficientes para assegurar a preservação efetiva desse espaço, reiterando o que Fonseca (2005) descreve como a distância entre o discurso patrimonial e sua aplicação prática.

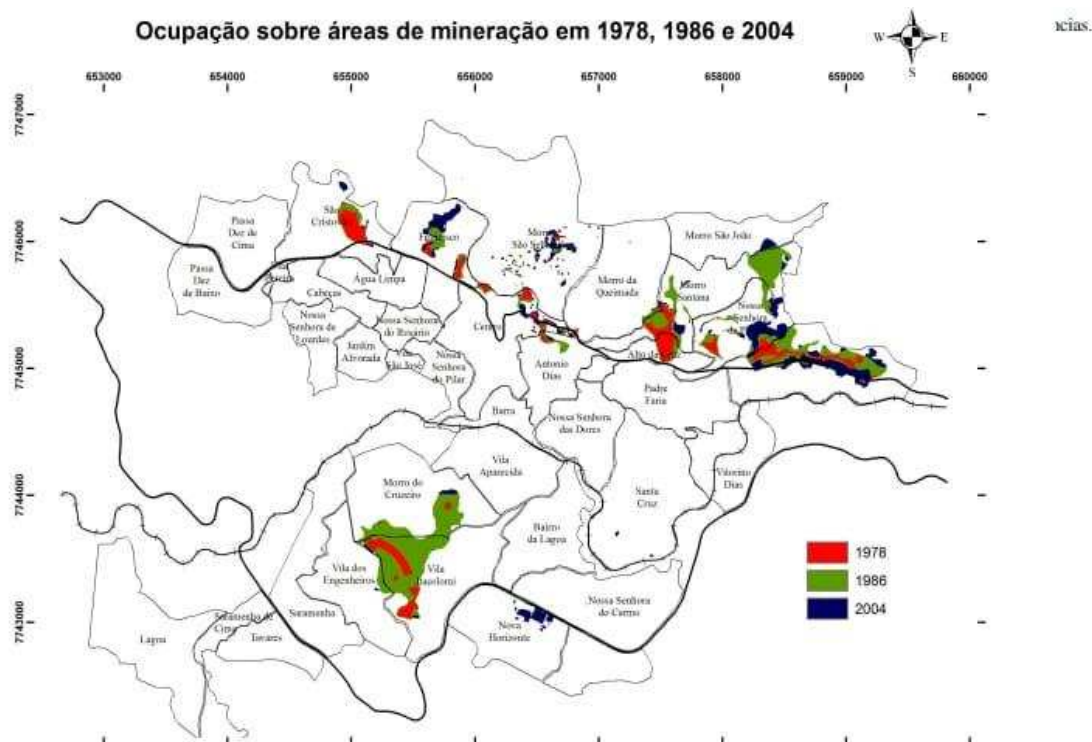
A partir da década de 1950, a cidade passou a receber um expressivo fluxo migratório, impulsionado pela instalação de indústrias como a Eletro Química Brasileira S.A., a Alumínio Minas Gerais (Aluminas) e a Alcan Alumínio do Brasil. Nas décadas seguintes, a criação da Universidade Federal de Ouro Preto intensificou as dinâmicas de mobilidade e diversificação sociocultural, transformando o perfil urbano e ampliando as demandas por infraestrutura e habitação.

Conforme observa Lemos (1987), as cidades históricas brasileiras experimentaram, nesse período, uma transição em que o patrimônio deixou de ser apenas um vestígio do passado para se tornar também um elemento ativo nas disputas contemporâneas por identidade, uso e valor simbólico. Assim, a ampliação da malha viária e de outras infraestruturas urbanas acompanhou esse crescimento; contudo, o centro histórico, progressivamente valorizado, já não comportava o aumento populacional, consolidando-se como área de prestígio e promovendo deslocamentos e reconfigurações espaciais nas áreas periféricas.

Estima-se que a área urbana ocupada tenha passado de 115 ha para 246 ha na década de 1950 (Oliveira; Sobreira, 2015, p. 871). Morros como o da Queimada foram densamente ocupados, em muitos casos sem qualquer suporte do poder público. Assim, ergueram-se moradias em áreas de risco de deslizamento ou sobre as próprias ruínas, hoje integrantes do Parque Natural Municipal Arqueológico do

Morro da Queimada (PNMAMQ)⁷. Diversas estruturas coloniais foram utilizadas como base e foram parcial ou totalmente destruídas, num processo relacionado também à gentrificação decorrente de pressões patrimoniais, imobiliárias e econômicas.

Figura 2: Ocupação contemporânea em áreas de mineração - Ouro Preto (MG).



Fonte: Calil, M. R. Expansão urbana em Ouro Preto-MG: o risco de ocupar encostas mineradas. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG. 2018. 131p.

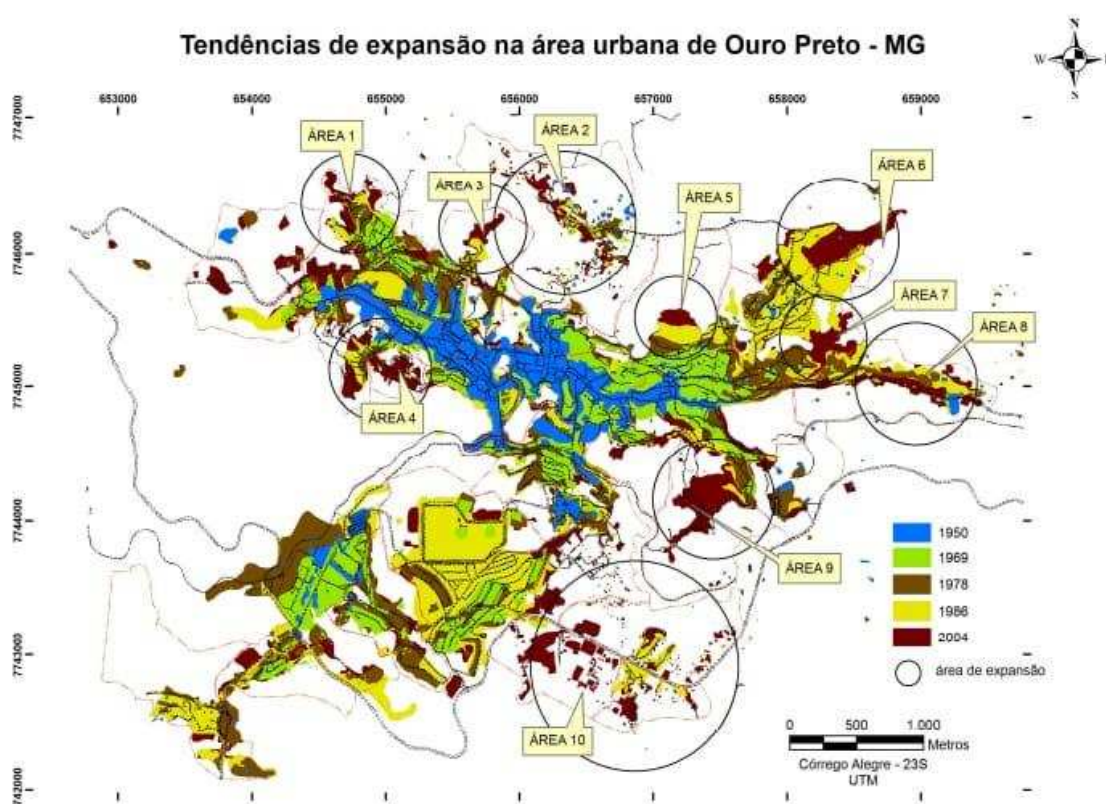
Em maio de 2022, realizou-se uma nova audiência pública na Câmara Municipal de Ouro Preto. Nessa ocasião, foi aprovada em definitivo a alteração da categoria de “Parque Natural” para “Monumento Natural”, apesar das divergências entre os membros do Conselho Consultivo do Parque. A mudança foi adotada como uma tentativa de conciliar os interesses públicos e privados relacionados à área, incluindo os dos bairros do entorno (Fonseca, 2024, pág. 108).

Nesse contexto, o espaço do Morro da Queimada ilustra o movimento dialético entre tempo e espaço formulado por Milton Santos: “Tomado isoladamente,

⁷ Criada pela Lei Municipal n.º 465, de 29 de dezembro de 2008, a Unidade de Conservação de Proteção Integral foi redefinida pela Lei n.º 966, de 5 de novembro de 2015, passando a denominar-se Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada. Em 2022 foi aprovado que a categoria jurídica fosse alterada de “Parque natural” para “monumento natural”.

tempo é sucessão, enquanto o espaço é acumulação, justamente uma acumulação de tempos” (Santos, 2005, p.63). A sobreposição de histórias, narrativas, edificações e sujeitos torna o território um palimpsesto⁸. Nosso desafio consiste em revelar aqueles atores eclipsados e as vozes silenciadas nesse processo, investigando as percepções de seus ocupantes. Cabe reconhecer que a clareza normativa do regime de salvaguarda criado para o Parque nem sempre incorpora a comunidade; impõe-se, portanto, reavaliar os modos de implantação e seus efeitos.

Figura 3: Áreas com tendência à expansão urbana no núcleo urbano de Ouro Preto (MG).



Fonte: OLIVEIRA, L.D. Ocupação urbana de Ouro Preto de 1950 a 2004 e atuais tendências. Dissertação de mestrado. Departamento de Geologia. UFOP, 2010.

A trajetória institucional do PNAMQ teve início em 2003, com audiência pública destinada a discutir um estudo técnico sobre os então denominados Parques Municipais das Andorinhas e do Morro da Queimada. Reconhecidas as diferenças entre as duas áreas, constituíram-se comissões específicas; no caso do Morro da Queimada, participaram IPHAN, UFOP, CEFET-OP, AMA-OP e Câmara Municipal

⁸ As cidades podem ser consideradas palimpsestos, pois as transformações urbanas deixam rastros do que não se transformou.

(Mattos, 2006). As deliberações, contudo, só começaram a ser executadas em 2005, quando o projeto de implantação obteve enquadramento na Lei Rouanet (Processo n.º 0140.013659/05-54, SALIC n.º 05-7586) e foi publicado no Diário Oficial da União. Sob coordenação do Museu de Arte Sacra do Pilar e do IPHAN, as primeiras ações incluíram a indenização e remoção das famílias residentes na área delimitada. O parque faz divisa com propriedades privadas de pousadas, da Fundação Gorceix ou pertencentes à Igreja Católica, considerando que isso torna os limites espaciais estabelecidos em espaços de conflito.

Em 2008, o sítio foi inscrito no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, sob a designação “Morro da Queimada” (denominação antiga: Morro do Pascoal). A ficha de cadastro destaca seu “inestimável valor” como testemunho das primeiras tipologias arquitetônicas de Ouro Preto e dos primórdios da exploração aurífera setecentista. Em 17 de junho de 2009, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) aderiu formalmente ao projeto. A poligonal do Parque, visível em imagem de satélite e descrita em memorial anexo, revela a alta densidade dos bairros que o circundam, esclarecendo as dificuldades de fiscalização, gestão e formulação de medidas protetivas.

A proposta de proteção do Parque articula elementos patrimoniais, biológicos e ecológicos, buscando que natureza, estruturas arqueológicas e usos humanos coexistem de maneira harmônica. O conceito de paisagem cultural reforça essa inter-relação: patrimônios naturais não se restringem a ecossistemas intocados, mas incorporam espaços modelados pela ação social e pelas memórias coletivas (Scifoni, 2006, p. 75).

O Morro da Queimada, portanto, acumula significados como território social e comunitário, sítio arqueológico, referência patrimonial local e nacional. Essa convergência potencializa a participação da população na salvaguarda do espaço, com figuras comunitárias exercendo papel central. Ao lançar luz sobre esses processos históricos, tornou-se possível compreender as dinâmicas das ocupações contemporâneas, o crescimento dos bairros vizinhos e as demandas específicas de seus moradores, subsidiando a formulação de ações patrimoniais factíveis e de estratégias aptas a fortalecer, de forma efetiva, o vínculo da comunidade com o PNAMQ. “A paisagem histórica é um texto polissêmico onde o território funciona

como suporte da memória, constituindo o elo entre passado e presente” (Pesavento, 2003).

Figura 4: Construções de alvenaria contemporânea, sob as ruínas arqueológicas do Morro da Queimada.



Fonte: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/fotografias.php>.

A constituição histórica e cultural de Ouro Preto está intrinsecamente vinculada à presença e à atuação das populações africanas escravizadas que foram trazidas compulsoriamente para a região durante o ciclo da mineração. Todavia, é fundamental reconhecer esse processo não sob uma perspectiva romantizada ou essencialista, mas como resultado de dinâmicas complexas de resistência, adaptação e reelaboração cultural. As práticas, saberes e técnicas desenvolvidas por esses grupos, especialmente no campo da mineração, da arquitetura, da religiosidade e da vida cotidiana, constituíram elementos estruturantes na formação da cidade e de sua identidade plural.

A formação social de Vila Rica, posteriormente Ouro Preto, atravessa o movimento de migração forçada de povos africanos para as Américas, que introduziram e adaptaram técnicas de extração mineral, como o uso de catas, mundéus e sarilhos nas encostas e leitos de rios. Conforme registra Boxer (1988), a

descoberta do ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, intensificou o tráfico de pessoas da “Costa da Mina” e de Angola, consolidando uma economia baseada na exploração do trabalho africano. Entre 1755 e 1775, estima-se que 35,8% dos escravizados trazidos para Vila Rica provinham da Costa da Mina, e 27,5% de Angola (Rangel, 2005).

Contudo, reduzir esses sujeitos a meros instrumentos de produção seria reiterar as lógicas coloniais de desumanização. Estudos como os de Schwartz (1988) e Soares (2000) demonstram que os africanos e seus descendentes atuaram como agentes ativos na conformação do espaço urbano, social e simbólico da colônia, elaborando estratégias de sociabilidade, religiosidade e transmissão de saberes. Essa agência histórica, conforme propõe Beatriz Nascimento (1985), inscreve-se em uma geografia de resistência, na qual a presença negra não é apenas uma marca do passado, mas uma força formadora da própria territorialidade brasileira.

Figura 5: Lavagem do minério de ouro perto da montanha de Itacolomi”, aquarela sobre papel, 30 x 26 cm, 1835.



Fonte: <<https://ensinarhistoria.com.br/mineracao-sob-olhar-de-rugendas>>

Ouro Preto, portanto, deve ser compreendida como resultado de uma confluência de experiências, conflitos e reelaborações, nas quais a contribuição africana ultrapassa a dimensão da força de trabalho e se manifesta como produção de cultura e tecnologia. Os registros de Rugendas (1972) sobre as técnicas de mineração, por exemplo, revelam práticas já conhecidas por mineradores oriundos de reinos africanos como Mali, Gana e Benin — povos que, ao serem deslocados, trouxeram consigo conhecimentos avançados em metalurgia e extração mineral (Reis, 2007).

As ruínas do Morro da Queimada, nesse sentido, podem ser interpretadas como “testemunhos dos esquecidos”: vestígios materiais que condensam histórias de trabalho, violência e criação coletiva. Sua leitura exige um olhar atento às camadas de apagamento que estruturaram a narrativa nacional, especialmente diante da destruição deliberada de documentos sobre a escravidão (Carvalho, 2001)⁹ e das políticas de embranquecimento que marcaram o período republicano.

Lélia Gonzalez (1988) afirma que pensar o Brasil sem considerar a centralidade da experiência negra é reproduzir o “mito da democracia racial”, que oculta as desigualdades e os silenciamentos históricos. Nessa direção, Mbembe (2017) argumenta que o enfrentamento do passado colonial não deve buscar uma pureza perdida, mas compreender os modos pelos quais a violência e a criatividade coexistem na construção das sociedades pós-escravistas. Assim, o reconhecimento das práticas africanas em Ouro Preto — sejam técnicas, simbólicas ou religiosas — não visa idealizar uma essência, mas evidenciar os processos concretos de sobrevivência e invenção cultural que moldaram o território.

Essas perspectivas contemporâneas também permitem reposicionar o patrimônio material e imaterial da cidade. Ao compreender as ruínas e os espaços remanescentes como inscrições de memória, reafirma-se a necessidade de incluir as vozes negras na narrativa histórica e na gestão patrimonial. Como aponta Abdias do Nascimento (1982), “a recuperação da memória negra é condição para a reconstrução da nação”, uma vez que sem ela o Brasil permanece alicerçado sobre o esquecimento e a exclusão.

⁹ A decisão de Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, de destruir documentos referentes à escravidão visava impedir o pagamento de indenizações a ex-senhores de escravos após a abolição. (Carvalho, 2001, p. 53).

A abordagem das ruínas neste estudo transcende suas meras estruturas físicas, contemplando também seu papel substancial na constituição do espaço e do território. Uma analogia pertinente é a própria natureza das ruínas: embora sua “vida útil” aparente se deteriorar, elas representam um importante depósito de memória. Assim, um espaço que, no período colonial, funcionava como local de exploração, com o tempo passou a oferecer à comunidade uma forma de resistência à gentrificação do centro urbano, garantindo um lugar de moradia.

Surge então, a questão: seria possível afirmar que as ruínas reúnem os excluídos? Além disso, observa-se como seu papel contemporâneo se manifesta nos âmbitos turístico e patrimonial, bem como as relações que estabelecem com os habitantes do entorno. Conforme destacado pela antropóloga e pesquisadora de turismo Maria Amália Silva Alves Oliveira em seu estudo *“Biografia cultural das coisas: aporte metodológico para o estudo do turismo”*, tais espaços oferecem importantes subsídios metodológicos para compreender as dinâmicas culturais e sociais do turismo e da memória.

A perspectiva teórico-metodológica denominada biografia cultural das coisas interessa-se pela reflexão acerca da variação da atribuição de significados a coisas e do como as experiências humanas se desenvolvem sucessivamente no decurso da vida social e do cotidiano. Nessa perspectiva, o significado das coisas não está necessariamente inserido nas formas e, sim, no modo como nos relacionamos com as coisas e, especialmente, nas distintas posições sociais que as coisas ocupam em nossas trajetórias e vidas. Em termos metodológicos, a adoção de tal perspectiva implica em desviarmos a atenção de sobre como os significados dos objetos são construídos ou representados socialmente e nos atentarmos para como coisas ou objetos são determinantes em nossa vida diária. Tal visão, sugerida por Appadurai (2010), recai sobre a percepção de que não podemos desconsiderar que coisas ou objetos são também possuidores de uma vida social e que, assim como as pessoas, possuem uma biografia cultural e social. Appadurai enfatiza ainda que a biografia é apropriada para coisas específicas, enquanto passa por mãos, contextos e usos diferentes, acumulando, desta forma, uma biografia específica ou mesmo um conjunto de biografias (Oliveira, 2015, p.30).

Dessa forma, mais do que monumentos de um passado distante, as ruínas de Ouro Preto configuram-se como territórios de memória viva, lugares em que se entrelaçam sofrimento, técnica e criação, expressando as contribuições efetivas das populações negras na construção da cidade e da própria ideia de Brasil. Após um lapso temporal, com a promulgação da Constituição de 1988, as novas formações sociais, destacando aqui os marcos atrelados às políticas patrimoniais, geram uma

nova abordagem na pesquisa de como se insere as comunidades negras e o “Patrimônio Cultural Afrobrasileiro”. Entende-se esse termo, como toda expressão cultural que evoca, como espaço de elaboração, a experiência da escravidão ou, como origem, os significados e simbologias que remetem à ancestralidade africana (Lima, 2012, p.16). O desenvolvimento dessas pesquisas é importante desde as origens dos povos trazidos para as Américas, como estes desenvolveram seus meios socioculturais em uma nova configuração e a herança cultural formada.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a nomeação de Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. No Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

O Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Temos outro exemplo da mais recente legislação: a Lei 10.639/03, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira. Nos processos de salvaguarda do IPHAN atrelados ao Bens Culturais de Natureza Imaterial afro-brasileiro.

Nesse contexto, o patrimônio seja este material ou imaterial, reflete as interconexões que os indivíduos buscam sob a ótica de um autoconhecimento, buscando também através do turismo a construção de narrativas históricas e culturais. Portanto esse processo de mobilidade não se dá apenas no passado distante, mas nas gerações contemporâneas também. Que buscam através de construções discursivas e patrimoniais, entre outras medidas, conhecer, estudar e se conectar com locais onde a ideia de resistência identitária e memória dos povos negros seja latente.

Como destaca Abreu (2020), tende-se a associar a memória a um passado distante, acessível apenas por meio de um mergulho introspectivo nas lembranças e

nos registros da história. Entretanto, a autora propõe compreendê-la como uma construção ativa, continuamente reelaborada nas práticas e experiências sociais. A memória, portanto, não se restringe a um depósito de fatos pretéritos, mas constitui um campo de disputas e de criação de sentidos no presente — uma forma de elaborar o tempo, capaz de produzir efeitos concretos sobre o agora e de projetar possibilidades para o futuro.

Nessa perspectiva, o tempo assume papel central na reflexão sobre patrimônio e identidade. Ele não é compreendido apenas em sua linearidade cronológica, mas como uma dimensão cultural e antropológica, marcada por vivências, rituais e interpretações coletivas (Abreu, 2007). Essa concepção amplia o entendimento do patrimônio como um processo de produção de sentidos, no qual o passado é constantemente revisitado para fundamentar as práticas sociais e políticas do presente.

A abordagem de Abreu dialoga com os fundamentos da museologia social e da nova museologia, que reconhecem os sujeitos e as comunidades como protagonistas da produção de memórias. Varine (2012) afirma que o patrimônio deve ser entendido como “recurso vivo” — um instrumento de desenvolvimento cultural e social, não apenas de conservação material. Nessa linha, Chagas (2009) reforça que os museus e os espaços de memória não são apenas instituições de guarda, mas arenas de diálogo, conflito e reinvenção, nas quais o tempo e a memória se articulam como práticas de emancipação. Do mesmo modo, Rússio e Bruno (2010) já apontavam que o patrimônio cultural é um fenômeno em permanente transformação, cujo valor é atribuído pelas relações sociais que o reatualizam.

Assim, compreender o tempo e a memória sob essa ótica implica reconhecer que as práticas patrimoniais contemporâneas não são neutras nem universais, mas situadas em contextos históricos e políticos específicos. Essa leitura é particularmente pertinente para Ouro Preto, cuja formação contemporânea é resultado de múltiplas camadas de ocupação, industrialização, fluxos migratórios e reconfigurações culturais. Nos tópicos a seguir, discutem-se os modos pelos quais essas interseções entre passado e presente se manifestam na cidade e como elas reconfiguram o sentido de patrimônio e identidade na contemporaneidade.

CAPÍTULO 2 - MEMÓRIA E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: QUEM VIVE A CIDADE E COMO ISSO TENSIONA AS NARRATIVAS PATRIMONIAIS

A partir da apresentação do panorama histórico e de formação do território da cidade de Ouro Preto - MG e de Morro da Queimada; compreendemos as formações de ocupação social, econômica e cultural. E quais atravessamentos se formularam a partir desses processos, na identidade e memória da população. Conectamos a partir deste capítulo as observações documentadas historicamente e como essas relações são compreendidas pelos moradores e ocupantes da cidade, no período contemporâneo; a partir das entrevistas aplicadas em campo.

Importante ressaltar que o processo até a aplicação das entrevistas, é uma construção. Parte do estudo técnico e bibliográfico, para assim a execução de campo. Mas sempre que inicia-se o contato com o sujeito, essas construções sofrem inferências; o diálogo com o Outro, trás a tona pontos e questões, que a teoria pode ter obscurecido. Contemplar os depoimentos e conhecimentos práticos é uma das ferramentas para conhecer a afetividade com que se relacionam com o Parque, e de trocar as experiências empíricas e científicas que buscam a mesma finalidade: proteger as comunidades e os espaços patrimoniais, musealizados e arqueológicos.

Compreendendo que este movimento reflete o direito social ao patrimônio, a capacidade de transformar a gestão do patrimônio em algo amplo e democrático, onde as barreiras invisíveis construídas por séculos de colonização, nacionalismo, racismo sejam temas debatidos e trabalhados nas políticas patrimoniais (Ferreira, 2008, p.81).

Importante abordarmos o panorama atual da cidade de Ouro Preto - MG. Quem ocupa, vive e constitui esse território. De acordo com o Censo 2022, o município de Ouro Preto possui uma população total de 74.821 habitantes, com densidade demográfica de aproximadamente 60 habitantes por quilômetro quadrado. Cerca de 70% da população se declara preta ou parda. Considerando que a cidade viveu diversas de ocupação, migrações e reconfigurações sociais e urbanas. O município possui área territorial de aproximadamente 1.245,9 km², abrangendo tanto zonas urbanas quanto rurais, situadas na Serra do Espinhaço.¹⁰

¹⁰ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>

Ouro Preto apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) relativamente elevado, estimado em 0,741 (PNUD/2010), o que indica condições gerais de desenvolvimento superiores à média nacional de várias regiões (IBGE). Ainda assim, convivem no município populações vulneráveis e carentes, com acesso parcial a creches e escolas de educação infantil.¹¹

Em relação à educação, Ouro Preto apresenta índices elevados de escolarização na faixa etária dos 6 aos 14 anos, embora persistam déficits no atendimento em creches para crianças menores de três anos.¹² Mesmo com o IDH indicando um nível de desenvolvimento relativamente alto, há disparidades socioeconômicas claras, especialmente nas áreas periféricas e rurais (IBGE). Estudos acadêmicos demonstram a existência de segregação socioespacial, com concentrações de populações em situação de múltiplas privações, como dificuldades de acesso à educação, renda e serviços, sobretudo nas áreas periféricas e rurais da microrregião de Ouro Preto e Ouro Branco (Paula, 2019).

Essas desigualdades se evidenciam em um padrão espacial no qual os bairros mais antigos e o centro histórico, marcados por intenso turismo, concentram grupos com melhor acesso à infraestrutura, enquanto regiões elevadas, rurais ou de urbanização recente apresentam maior proporção de famílias de baixa renda. As regiões periféricas e os distritos rurais sofrem com maior carência de creches, transporte público, esgotamento sanitário e serviços de saúde, demonstrando uma lógica de desigualdade territorial: quanto mais distante do núcleo histórico, maior a probabilidade de carência.

Segundo o IBGE, em 2022 cerca de 31,7% da população economicamente ativa de Ouro Preto apresentava rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo, indicador que evidencia a presença significativa de grupos em situação de vulnerabilidade social. Apesar da alta taxa de escolarização entre 6 e 14 anos (98,8%), com 8.452 matrículas no ensino fundamental e 2.969 no ensino médio em (2021), persistem desigualdades de qualidade educacional.¹³ Os dados do IDEB

¹¹https://www.ouropreto.mg.gov.br/static/Plano_Municipal_de_Educacao.pdf?utm_source

¹²https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/afroturismo/DiagnosticoDoAfroturismoNoBrasil_FINAL.pdf?

¹³https://docenciaemlinguagens.ufop.br/wp-content/uploads/2023/12/Relatorio-Fase-1-Ouro-Preto.pdf?utm_source

apontam para médias de 6,2 nos anos iniciais (meta de 6,7) e 5,1 nos anos finais (meta de 5,8), com estudos locais indicando diferenças relevantes entre escolas de áreas centrais e periféricas.¹⁴ Um relatório do Plano Diretor Múltiplo de Ouro Preto destaca ainda a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e o desenvolvimento de uma Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE-OP) para mapear demandas por saneamento, lazer e transporte.

No Morro da Queimada, há a NEIM Morro da Queimada, creche e pré-escola municipal, que através do QEDu apresenta indicadores municipais gerais, compatíveis com o município de Ouro Preto.¹⁵ Porém, o bairro apresenta IDEB inferior à meta municipal, com ideais de 6,7 (anos iniciais) versus 6,2 alcançados em 2021; e 5,8 meta / 5,1 alcançados nos anos finais. A desigualdade educacional entre regiões é evidente: áreas centrais (Pilar, São Cristóvão) concentram melhores índices, ao passo que áreas como Morro Santana, Piedade, São João, e distritos rurais enfrentam menor infraestrutura escolar e ensino de menor qualidade.

O Plano Diretor de Ouro Preto mapeou zonas com carência em saneamento, transporte, lazer e acesso escolar, indicando infraestrutura mais deficiente em morros e periferias. Bairros centrais recebem atenção prioritária: transporte regular, parques e saneamento ativo. Já nos morros (Queimada, Santana, São João), os canais de drenagem são precários, o transporte é irregular e há pouca oferta de lazer estruturado.¹⁶

Todo esse panorama evidencia o cenário atual de Ouro Preto e os impactos que processos típicos de cidades patrimoniais — como a gentrificação — e desigualdades sistêmicas exercem sobre sua estrutura social, econômica e cultural. Os moradores de bairros limítrofes ao Parque enfrentam múltiplas carências na infraestrutura urbana e social, o que gera dificuldades práticas no atendimento de necessidades básicas e limita o pleno usufruto e a apropriação do patrimônio cultural local. Segundo Ungheri, Medina e Pereira (2022), os espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte em Ouro Preto e seus distritos apresentam variações significativas em distribuição e acesso, refletindo desigualdades locais e

¹⁴https://site.gorceix.org.br/uploads/fg_2020/arquivos/anexo-03-ufop-em-centro-reforma-emergencial-r01-memorial-descritivo-230809-1.pdf

¹⁵ <https://gedu.org.br/escola/42121833-neim-morro-da-queimada/censo-escolar>

¹⁶ <https://docenciaemlinguagens.ufop.br/wp-content/uploads/2023/12/Relatorio-Fase-1-Ouro-Preto.pdf>

oportunidades diferenciadas de uso por parte da população.

As camadas que compõem o Parque, especificamente como o turismo, o religioso e o cultural, e a memória dos moradores do entorno estabelecem tanto pontos de contato quanto zonas de distanciamento. Esses pontos de encontro ocorrem, por exemplo, quando há o reconhecimento da importância simbólica e histórica do território, ou quando manifestações culturais e religiosas locais são incorporadas às narrativas e práticas relacionadas ao espaço. No entanto, esses vínculos, embora existam, são muitas vezes frágeis, pois estão assentados em perspectivas que não contemplam de maneira plena a diversidade de vivências e necessidades da comunidade local.

Muitos dos usos e representações do Parque e da cidade, são orientados por interesses “externos” (turísticos, institucionais ou patrimoniais) que acabam por direcionar a apropriação do espaço a partir de lógicas que nem sempre dialogam com a realidade cotidiana dos moradores. Isso gera uma desconexão: há aproximações simbólicas e afetivas, mas elas não se traduzem necessariamente em inclusão efetiva, participação nas decisões ou em melhorias concretas para quem vive ali.

As entrevistas realizadas junto aos moradores do Morro da Queimada e bairros vizinhos revelam múltiplas formas de ocupação e apropriação do território, evidenciando que a comunidade não é homogênea. Como enfatiza Regina Abreu (2020), diferentes famílias e grupos vivenciam o espaço de modos distintos, produzindo tensões entre memória oficial e memória vivida. Enquanto algumas pessoas se identificam fortemente com as narrativas institucionais e valorizam o reconhecimento patrimonial, outras sentem-se excluídas dessas representações, percebendo-as como distantes de suas experiências cotidianas.

Fonseca e Cavalcanti (2018) apontam que o território urbano patrimonializado é marcado por desigualdade de acesso: áreas centrais recebem investimentos em infraestrutura, turismo e cultura, enquanto morros e periferias enfrentam precariedade de serviços básicos, saneamento e transporte. Essa desigualdade material reflete-se também no campo simbólico, produzindo zonas de exclusão em que a memória oficial sobrepõe-se à memória vivida, reforçando invisibilização histórica de grupos marginalizados.

Os relatos dos moradores evidenciam como a patrimonialização institucional muitas vezes prioriza uma narrativa monumental, que celebra eventos históricos e figuras de destaque, em detrimento das experiências cotidianas e do protagonismo das populações negras e periféricas. Um morador observou:

“Quando as pessoas falam em Ouro Preto, as pessoas pensam no museu, na memória histórica da cidade. [...] As pessoas não se lembram de quem morava e trabalhava aqui, do que a gente construiu” (Entrevista com moradora do Morro São Sebastião).

A análise realizada neste capítulo evidencia que o território do Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada (PNMAMQ) é atravessado por múltiplas camadas de memória, identidade e pertencimento. Os dados coletados, tanto históricos quanto empíricos, revelam que os moradores não constituem uma comunidade homogênea: coexistem diferentes realidades socioeconômicas, divergências nas práticas culturais e formas distintas de se relacionar com o patrimônio local. Fenômeno, que conhecemos no contexto de diversas cidades brasileiras.

Esse tipo de percepção reforça o alerta de Mário Chagas (2015) sobre como políticas de preservação podem consolidar hierarquias simbólicas, selecionando quais memórias merecem ser lembradas e quais permanecem invisibilizadas.

Os dados apresentados sobre educação, saneamento básico e saúde ilustram de forma clara como as comunidades localizadas nos morros e arredores do Parque têm enfrentado a ausência de políticas públicas efetivas que contemplem suas demandas mais urgentes. Apesar do território carregar em si um enorme potencial, seja em termos econômicos, de qualidade de vida ou de produção de conhecimento, essas possibilidades não se concretizam plenamente para todos. Assim como em muitas outras cidades brasileiras, Ouro Preto - MG apresenta contrastes profundos: enquanto algumas regiões são valorizadas, investidas e celebradas como patrimônio cultural e turístico, outras convivem com a precariedade em serviços básicos e com a invisibilidade política.

Esse cenário reforça a complexidade do debate em torno do acesso às práticas culturais e à participação nos processos decisórios relacionados às políticas

patrimoniais. Falar de memória e patrimônio em um contexto de desigualdade implica reconhecer que nem todos têm as mesmas condições de se apropriar, frequentar ou se beneficiar dessas práticas. A permanência de más condições de vida em determinados bairros compromete não apenas o bem-estar da população, mas também o direito ao território e à memória. Para que o patrimônio seja, de fato, um bem comum, é necessário que as políticas públicas dialoguem com essas realidades, combatam as desigualdades estruturais e incluam as vozes das comunidades que vivem e constroem esses lugares cotidianamente.

O traçado da realidade sociocultural dos moradores, considerando locais de ocupação, formação dos bairros, educação e infraestrutura urbana, são fatores importantes na compreensão da formação atual da cidade de Ouro Preto. Como as diversas camadas históricas, migrações, modificações do território interferem nos âmbitos patrimoniais e constituição de memória e pertencimento.

Os dados obtidos nas entrevistas evidenciam essas questões e são ponto central dos depoimentos dos moradores e agentes que permeiam o território. no próximo capítulo apresentamos detalhadamente.

CAPÍTULO 3 - COMPREENDENDO O TERRITÓRIO PELA ESCUTA: PERFIS, PRÁTICAS E CAMINHOS DA ETNOGRAFIA

A pesquisa de campo configurou-se como uma etapa fundamental do estudo, uma vez que possibilitou o contato direto com os moradores e a observação das dinâmicas socioculturais presentes no território. O trabalho de campo envolveu a aproximação com diferentes grupos e atores sociais, incluindo coletividades culturais e religiosas, moradores dos bairros situados no entorno do parque, profissionais atuantes na região, bem como demais sujeitos que transitam cotidianamente pelo Parque e pela cidade de Ouro Preto.

Desde o delineamento inicial, a investigação contava com uma metodologia previamente estruturada para a definição dos perfis a serem contemplados. Entretanto, o processo de aproximação com os participantes ocorreu de maneira orgânica e relacional, emergindo das vivências e interações cotidianas durante as idas ao parque, caminhadas pela cidade e participação em fóruns de patrimônio que reuniam membros da comunidade local, representantes do poder público e especialistas vinculados à universidade.

O contato com os moradores deu-se, em grande parte, por meio de conversas informais e espontâneas, o que favoreceu um ambiente de confiança e diálogo horizontal. Em conformidade com os princípios éticos da pesquisa científica, as identidades dos entrevistados foram preservadas, garantindo-se o anonimato dos participantes.

Mais do que priorizar a quantidade de entrevistas, a pesquisa valorizou a qualidade das interações, a profundidade das narrativas e as contribuições singulares de cada interlocutor para a compreensão do território e de suas dinâmicas. O processo de escuta foi compreendido como um elemento central da metodologia, configurando-se como instrumento de análise e compreensão dos fenômenos sociais observados.

Os entrevistados da pesquisa foram selecionados ao longo do trabalho de campo, com o objetivo de representar vozes que convivem ou atuam cotidianamente no Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada (PNMAMQ), cada um dos entrevistados fornece perspectivas distintas e complementares sobre o território:

os moradores oferecem o ponto de vista de quem vivencia diretamente o cotidiano da Serra de Ouro Preto; os pesquisadores representam a dimensão científica e institucional do parque; os membros de grupos religiosos trazem uma leitura simbólica e ritualizada do espaço; enquanto os profissionais do patrimônio e do turismo abordam as questões ligadas à preservação, ao uso público e à visitação do local.

A primeira participante entrevistada foi uma moradora do bairro São Sebastião, originária da região Nordeste do Brasil, residente em Ouro Preto há 13 anos e atuante na área de fitoterapia. Sua trajetória de vida evidencia um vínculo estreito entre práticas de cuidado, saberes tradicionais e o território em que vive.

Ao discorrer sobre sua relação com as plantas medicinais e o aprendizado em fitoterapia, a entrevistada relatou:

“Essa coisa da fitoterapia nasceu aqui, a partir dos meus estudos na parte educacional da Antroposofia. E depois eu descobri a parte da saúde, dos tratamentos antroposóficos, que inclui muito a fitoterapia, né? Aromaterapia e tal. E aí foi a partir disso o meu despertar. E aí, como existem muitas plantas medicinais, inclusive aqui no morro, você passeia nas calçadas, você encontra artemísia, você encontra carqueja, você encontra colônia, você encontra N tipos de plantas medicinais que muita gente daqui não sabe, né?! Mas posso dizer que as pessoas não aceitam bem, não. Eu tenho muita dificuldade em elas acreditarem que aquela planta pode fazer um tratamento, dar mais saúde pra elas. Mas elas param pra escutar, porque eu acho que essa coisa da planta medicinal tá muito na ancestralidade das pessoas, né? Das avós, das bisavós, né? Ouro Preto é uma cidade muito negra, né?!” (Entrevista com moradora do bairro São Sebastião, Ouro Preto - MG)

A fala da entrevistada evidencia a importância do saber tradicional e das práticas ancestrais de cuidado no contexto local, revelando, simultaneamente, tensões entre o conhecimento popular e a aceitação social de práticas não hegemônicas de saúde.

- Condições de vida e Mobilidade urbana

No que se refere às condições de deslocamento e infraestrutura urbana, a participante apontou limitações significativas relacionadas à mobilidade e ao transporte público:

“Porque o acesso, quando a gente fala em mobilidade urbana aqui, é muito difícil. [...] Pra quem não tem carro, a gente depende

completamente dos ônibus, né? Desse transporte. E os horários são muito espaçados. Então a gente sofre um pouco, sim. E com a questão das mineradoras, é um passa a passa de muitos carros, desse serviço que eles cortam o caminho por aqui. E muitas vezes eles não respeitam, ficam na velocidade, né? É um bairro em que a gente não tem calçada, a gente não tem um passeio, né? Como falam aqui, pra gente passar.” (Entrevista com moradora do bairro São Sebastião, Ouro Preto - MG)

A narrativa da moradora revela a precariedade da infraestrutura viária e a ausência de políticas públicas adequadas de mobilidade urbana nos bairros periféricos, agravadas pela intensa circulação de veículos vinculados às atividades mineradoras. Esses elementos contribuem para a percepção de vulnerabilidade e isolamento social no território.

Figura 6 - Ruínas de antigas estruturas de mineração colonial; PNMAMQ.



Fonte: Registro da autora.

- **Lazer, comércio e cotidiano**

A participante também destacou as dificuldades relacionadas à oferta de espaços de lazer e de equipamentos voltados às crianças e jovens, além da escassez de estabelecimentos comerciais no bairro:

“Lazer em Ouro Preto não existe. Lazer infantil não existe. Aqui em Ouro Preto é assim, é quase zero. E essa questão de comércio? Aqui só tem duas mercearias e nada mais. E tem um restaurante, né, que é o Bar da Nida. Tem um outro barzinho que fica aqui na pracinha. É isso. Não tem mais nada. Se a gente precisar fazer um pagamento bancário, o que salva a gente é a tecnologia, né? Essa história de aplicativo, do banco e tal. Mas se a gente precisar comprar qualquer outra coisa, a gente tem que realmente descer para o centro da cidade.” (Entrevista com uma moradora do bairro São Sebastião, Ouro Preto - MG).

Esse relato evidencia a carência de investimentos públicos e privados na infraestrutura comunitária dos bairros periféricos de Ouro Preto, o que limita as possibilidades de convivência social, lazer e acesso a serviços básicos. Sobre o contato com o PNAMQ, a entrevistada comenta:

“Então, esse Morro da Queimada eu sempre escuto falar, né? Do Morro da Queimada, Morro da Queimada. Mas não sei. Talvez por eu ser de fora, eu nunca. Eu nunca fui. Eu nunca frequentei o Morro da Queimada” (Entrevista com moradora do bairro São Sebastião, Ouro Preto - MG).

Entrevistado 2 – Integrante da Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia

O segundo participante da pesquisa é morador e natural de Ouro Preto, Minas Gerais. Atualmente reside no bairro Padre Faria, embora relata já ter habitado diversos bairros da cidade, entre eles Morro da Queimada, Santana e Santa Cruz, locais que compõem parte da sua trajetória de vida e de pertencimento comunitário. O entrevistado é integrante da Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Ouro Preto, destacando-se por sua atuação na manutenção e transmissão das tradições do congado e das expressões culturais afro-brasileiras no município.

- **Iniciação e trajetória no Congado**

A vivência do entrevistado com o congado teve início ainda na infância, quando o envolvimento familiar despertou seu interesse e engajamento nas manifestações culturais religiosas:

“É a minha vivência com o congado, começou ainda criança, minha irmã ela casou com um congadeiro e a gente começou a se interessar também pelo pelo congado, e aí a gente fortaleceu o grupo, né? O grupo tava assim, bem menor, tava com uma dificuldade. Então a nossa família entrou pro grupo, fortaleceu esse grupo. A minha mãe conta que a minha família por parte de mãe, os pais dela, a mãe e o pai, eles vieram de um lugar aqui de Ouro Preto, chamado engenho, que fica próximo a localidade de Santo Antônio do Salto. E lá a gente tinha tradição de fazer reza de ofício nas casas com canto, com viola. Então, quando a gente entra para o congado, o reinado que essa festa que a gente faz em janeiro; E aí a gente começou a batalhar para que essa festa fosse redescoberta, né? Fosse acordada novamente” (Entrevista com integrante da Guarda de Moçambique de Ouro Preto).

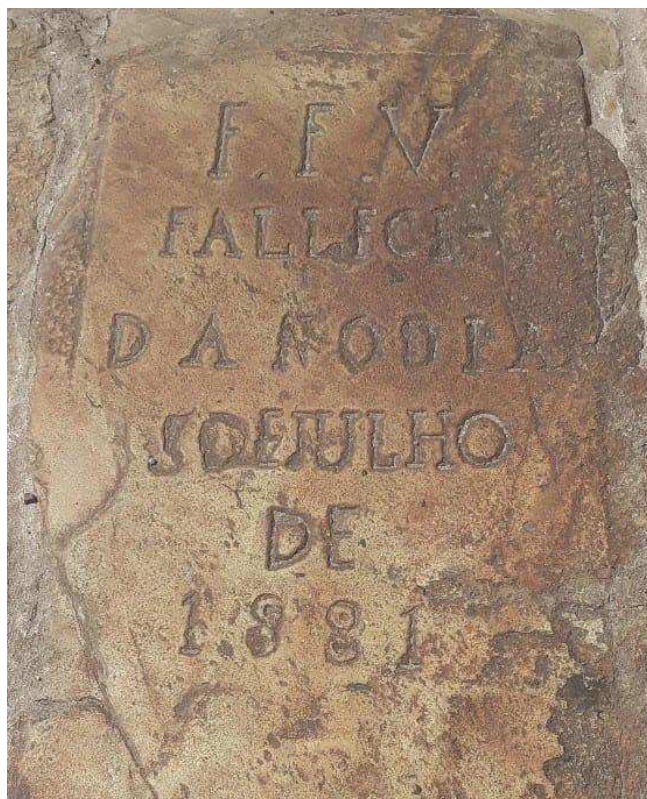
O relato evidencia como a continuidade intergeracional e a transmissão oral são fundamentais para a vitalidade das práticas culturais tradicionais. O congado, nesse contexto, emerge como espaço de resistência e de preservação da memória coletiva afro descendente em Ouro Preto.

- **Estrutura simbólica e diversidade das guardas**

Durante a entrevista, o participante explicou as diferenças e simbolismos existentes entre as diversas guardas que compõem o congado:

“Trouxemos guardas de caboclo, marujo... Fizemos a festa do reinado. A diferença do congado para Moçambique é que o Congado representa a juventude, a ânsia pela liberdade. Moçambique representa os mais velhos; a dança é mais encurvada, mais compassada, e a música é mais chorosa, carrega um pouco do lamento. Já o Congo é mais alegria, por representar a juventude. Os caboclos representam os povos originários, os indígenas, e também algumas nações africanas. O catupé e o vilão representam os negros agricultores, enquanto o marujo representa os negros que trabalhavam como marinheiros, com cantigas voltadas para o mar, louvando Nossa Senhora do Rosário” (Entrevista com integrante da Guarda de Moçambique de Ouro Preto).

Figura 7 - Sepultura simbólica de Francisca Fernandes Vieira (FFV). Localizada na entrada da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Ouro Preto (MG).¹⁷



Fonte: Registro da autora.

Essa narrativa demonstra a complexidade simbólica e histórica do Congado e suas guardas, nas quais se articulam elementos de identidade étnica, religiosidade popular e resistência cultural. A referência à história de Chico Rei, figura mítica e histórica de Ouro Preto, é apresentada como parte do imaginário coletivo que compõe o congado

“Aqui em Ouro Preto tem a história de Chico Rei, que foi um negro advindo do continente africano. Escravizado, ele conseguiu comprar uma mina de ouro e libertar outros negros escravizados, fundando a Irmandade de Santa Efigênia” (Entrevista com integrante da Guarda de Moçambique de Ouro Preto).

¹⁷ Segundo a página do Facebook oficial da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, em 5 de julho de 1881, foi sepultada Francisca Fernandes Vieira (FFV). Segundo a tradição, ela foi uma das primeiras zeladoras da igreja e nutria o desejo de ser enterrada em seu interior. Contudo, por questões sanitárias e pelas normas vigentes — à época já se restringiam os sepultamentos dentro dos templos (entre 1805 e 1835) — seu pedido não pôde ser atendido. Em reconhecimento ao seu zelo pela casa de Deus, decidiu homenageá-la com o sepultamento simbólico em frente à igreja. Assim, todos que visitam a Igreja de Santa Efigênia passam pelo seu túmulo. <https://www.facebook.com/IrmandadeRSF/posts/h%C3%A1-139-anos-era-sepultada-francisca-fernandes-vieira-ffv-falecida-no-dia-05-de-j/179743560180546/>

- ***Políticas culturais e reconhecimento institucional***

O entrevistado também destacou a importância das políticas culturais municipais e do diálogo entre os grupos tradicionais e o poder público, especialmente a partir da atuação da Secretaria de Cultura de Ouro Preto:

“Lembro que por volta de 2006, 2007, quando eu ainda era criança, comecei a perceber os movimentos do grupo. Houve um diálogo maior com a cultura. O grupo começou a crescer e passou a ter contato com a Secretaria de Cultura, o que possibilitou acesso a informações, recursos financeiros e apoio institucional. Com o tempo, ganhei mais visibilidade pela minha luta não só no congado, mas também pelo reconhecimento da cultura em si. Hoje estou como diretor de promoção da igualdade racial, e isso facilitou a ponte com os grupos culturais — de congado, folia de reis, entre outros. Isso fortaleceu o contato e ajudou o reinado a se consolidar como patrimônio material da cidade, registrado oficialmente no final de 2019” (Entrevista com integrante da Guarda de Moçambique de Ouro Preto).

Esse trecho evidencia a importância da articulação entre movimentos culturais e políticas públicas na consolidação das manifestações tradicionais enquanto patrimônio cultural imaterial, bem como na promoção da igualdade racial e valorização da cultura afro-brasileira.

- ***Racismo, desigualdade e desafios contemporâneos***

Apesar dos avanços institucionais, o entrevistado relatou que os grupos ainda enfrentam racismo, preconceito religioso e desigualdade social, aspectos que limitam o pleno exercício de suas práticas culturais:

“Nós sofremos preconceito racial, racismo religioso e desigualdade social. Infelizmente, a população negra ainda está à margem. Muitos congadeiros têm dificuldade de acesso à informação, transporte ou recursos para comprar uniformes. Alguns grupos estão localizados em quilombos e enfrentam barreiras para participar das atividades. O racismo religioso é outro problema: muitas vezes somos confundidos com uma religião específica. Eu sou adepto da umbanda, e há também o candomblé, mas o congado e o Moçambique não têm ligação direta com essas religiões. Mesmo assim, as pessoas confundem e acham que é ‘macumba’. Já tocamos em cidades onde as pessoas não abrem as janelas ou o padre não abre a igreja”

(Entrevista com integrante da Guarda de Moçambique de Ouro Preto).

A fala do entrevistado ilustra as tensões entre tradição, fé e preconceito no contexto das manifestações afro-brasileiras. Embora reconhecido como patrimônio, o Congado ainda é alvo de discriminação e de invisibilização social, revelando que o reconhecimento institucional nem sempre se traduz em reconhecimento social efetivo.

O testemunho do integrante da Guarda de Moçambique revela como as práticas do Congado constituem espaços de resistência cultural e de afirmação identitária da população negra de Ouro Preto. Sua trajetória evidencia o papel das redes familiares, comunitárias e religiosas na manutenção dessas tradições e a importância das políticas culturais para sua continuidade.

Entretanto, o relato também evidencia os desafios persistentes enfrentados pelos grupos afro-religiosos, incluindo o racismo estrutural, a desigualdade socioeconômica e a marginalização simbólica. Assim, a experiência do entrevistado reforça a necessidade de políticas públicas contínuas e participativas voltadas à valorização da cultura negra e à promoção da igualdade racial no município.

Quando abordados os temas de memória, o morro da queimada carrega camadas de lembrança afro-mineira: resistência histórica, lenda de Chico Rei, festas de Congo e Moçambique. O integrante da guarda de Moçambique descreve seus cortejos como forma de “*manter viva a memória cultural*” e reposicionar a história negra no imaginário de Ouro Preto. A memória, aqui, age como cola simbólica que sustenta identidades, produz pertencimento e legítima demandas por reconhecimento patrimonial. Os grupos então atuam como guardiões da memória e reproduzem a dinâmica geracional, incluindo as famílias, comunidade e o intercâmbio das guardas de Congado, mantendo viva a dinâmica do Congado e das práticas associadas culturais e simbólicas.

- Entrevistado 3 - Integrante do coletivo Palma Preta

A partir da entrevista realizada com integrante do coletivo Palma Preta, foi possível analisar como se constrói, na prática, o diálogo entre ciência e comunidade em Ouro Preto, bem como identificar os principais enfrentamentos e limites encontrados pelas ações de extensão universitária voltadas à valorização das

heranças afro-brasileiras no território. Essa atuação se desdobra em múltiplas frentes, com forte viés afrocentrado e compromisso com a reinterpretação da história oficial da cidade.

Nascido em Ouro Preto, no bairro Padre Faria, o entrevistado narra que já morou em diversos bairros da cidade. Mas, retornou ao Padre Faria. Filósofo, artista plástico, atua como pesquisador do território promovendo a narrativa afrocentrada da cidade. Suas pesquisas acadêmicas, desdobraram-se em parceria com o Palma Preta, para elaboração de roteiros, que propõe uma experiência de conhecer a cidade através de seus monumentos patrimoniais, mas também na caminhada por locais que abordam a resistência e as elaborações técnicas, culturais e simbólicas dos grupos negros na cidade.

A dinâmica de trabalho ligada à arte e cultura, vem de família. Seus pais ajudaram na fundação da Escola de Samba Unidos do Padre Faria.¹⁸ Os movimentos sociais e políticos ainda na escola, lhe encaminharam para a Universidade, no curso de filosofia. Trabalhou no Ponto de Cultura, onde atuou com audiovisual e fotografia, realizando alguns documentários. Sobre o contato com as narrativas turísticas e as pesquisas em relação a mineração e a relevância dos povos negros nessa atividade, relata:

“E aí quando em 2014, coincidiu de eu prestar vestibular de novo para retornar para filosofia e eu ter um encontro lá com a mina do Veloso. Então já tinha tido uma vivência construída. Um percurso cultural, né uma bagagem vamos dizer assim, né? E aí quando eu tenho contato com a mina do Veloso, o Du tinha reunido assim um acervo grande de material. Relacionado a geologia, mineração, história, né e tudo isso relacionado ao contexto de Vila Rica território... Dessa relação dos povos africanos com a mineração território de onde vem né? Então, a gente fica assim um bom tempo desenvolvendo isso. E aí foi envolvendo pessoas de outras áreas, né, galera da geologia, outras pessoas da história, arquitetura arqueologia, então a gente conseguiu reunir muita evidência assim. Que de princípio era para tratar da mineração, mas aí a gente passa a entender que a construção civil também tava no mesmo Prisma, né?” (Entrevista com integrante do coletivo Palma Preta).

Assim, outros desdobramentos levam a se integrar e estruturar o Palma Preta. No eixo da (re)leitura histórica, os pesquisadores do coletivo promovem

¹⁸ A Escola de Samba Unidos do Padre Faria foi fundada em 1 de janeiro de 1970. Vem do bairro do mesmo nome e tem uma grande torcida. Famosa pela ala do "Terno Branco", marca que ficou inesquecível como samba-enredo da década de 70. Seu símbolo é um "dragão", que ruga e sopra fumaça pela boca. Sua bateria tem um ritmo forte e fiel que arrasta os foliões dos bairros Pe. Faria e Alto da Cruz. <https://www.ouropreto.mg.gov.br/turismo/atrativo-item/2743>

contra-leituras de relatos coloniais, com o objetivo de recentrar as tecnologias e a agência africana no contexto do ciclo do ouro. Essa abordagem inclui o garimpo de fontes primárias, como *Flora Brasiliensis*¹⁹ e textos do Barão de von Schwag²⁰, além do diálogo com a literatura africana contemporânea. A partir disso, elaboram uma “nova curadoria” narrativa que articula arqueologia, história oral e estudos africanos, contribuindo para a revisão crítica das narrativas patrimoniais tradicionais de Ouro Preto e oferecendo base conceitual para exposições e roteiros temáticos.

“No Palma Preta, a gente acabou virando um meio de intercessão. Vamos falar assim, tipo porque para além dos roteiros que a gente entende como nosso carro chefe, é a maneira mais rápida que a gente tem de fazer com que as informações que a gente tem levantado, ela circule, né? Em larga escala abordamos diretamente essa questão” (Entrevista com integrante do coletivo Palma Preta).

Sobre a intercessão de estudos acadêmicos de autores brasileiros e internacionais, voltados para os grupos negros, corroborando na construção das formações de roteiros turísticos afrocentrados, aponta

“Então você sai desse lugar anêmico, vamos dizer assim. Que é esse território narrado pela historiografia brasileira, né? Que vai abordar e trazer essa ideia do escravo sem alma que tava ali apanhando e tal e aí você entendendo esse passado anterior, você vai trazer outra visão para essa galera assim, né? A medida que a gente faz as interpretações das estruturas. A gente caminha pela cidade trazendo essa visão. E aí a interpretação é pela materialidade, né? Então você quebra o contexto da leitura apenas pelo (patrimônio) edificado, né? Por exemplo a (morro da queimada) queimada, né? Ela é um testemunho inquestionável” (Entrevista com integrante do coletivo Palma Preta).’

Outro eixo fundamental são os roteiros de formação, que funcionam como laboratórios vivos de circulação de conhecimento. Seis percursos temáticos foram desenvolvidos, adaptados a diferentes públicos (das áreas de geografia, arquitetura, arqueologia, entre outras), empregando métodos como caminhadas interpretativas, observação de estruturas minerárias e relatos de histórias de vida. Essas práticas ampliam o acesso ao conhecimento técnico-histórico, fortalecem o sentimento de

¹⁹ O entrevistado cita a obra, “*Flora Brasiliensis*”, de Carl Friedrich Philipp von Martius, é uma referência fundamental para o estudo da flora brasileira. Publicada entre 1840 e 1906, ela descreve e classifica as plantas encontradas no Brasil, com ênfase nas angiospermas.

²⁰ O entrevistado cita a figura de Wilhelm Ludwig von Eschwege, também conhecido por Barão de Eschwege, geólogo, geógrafo, arquiteto e metalurgista alemão. Foi contratado pela coroa portuguesa para proceder ao estudo do potencial mineiro do país. Em 1808, a corte se transferiu para o Brasil. Fonte: https://www.camaleao.art.br/barao?srsId=AfmBOopBuYnn1cbKtHfouHB_pBVUM2nR8KCNgKfLTNmFFwyl0lamDYP1

pertencimento local e, ao mesmo tempo, criam oportunidades para geração de renda comunitária.

Na dimensão museológica, o coletivo busca tensionar as representações coloniais ocupando museus tradicionais com narrativas afro-brasileiras. A curadoria compartilhada de exposições itinerantes, como *Minas de Ouro Negro* e *Fala Quilombo*, e a inserção de acervos africanos em mostras permanentes têm transformado os museus em espaços de escuta e visibilidade para artistas e coletivos pretos da região, promovendo o diálogo entre história oficial e memória vivida.

A coautoria comunitária é outro eixo potente dessa prática. Os momentos informais pós-roteiro, como rodas de conversa em bares e encontros na Praça do Padre Faria, estimulam trocas de saberes entre pesquisadores e moradores, incluindo pedreiros e ex-garimpeiros como narradores legítimos da memória material do território. Tais interações desafiam as hierarquias tradicionais entre conhecimento acadêmico e popular e contribuem para o reconhecimento da comunidade como “patrimônio vivo”.

Em termos de ativismo territorial, o coletivo realiza mutirões com moradores para abrir trilhas, mapear riscos e tornar áreas degradadas acessíveis. São utilizadas ferramentas simples, como facões, e técnicas de baixo custo, como a construção de escadas de madeira e sinalização artesanal. Além de reduzir o grau de dificuldade de acesso às trilhas, essas ações pressionam o poder público por medidas concretas, como a criação de uma Unidade de Conservação para o território.

Por fim, o grupo também atua em articulação com o poder público, participando de eventos culturais e estabelecendo redes com secretarias municipais e estaduais de Cultura, Turismo e Meio Ambiente. As apresentações dos roteiros e exposições em festivais como o *Conexão Inconfidência* e o *Festival de Inverno de Ouro Preto* têm ampliado o alcance das ações do coletivo, garantindo maior reconhecimento institucional e abrindo espaço para novas parcerias e políticas públicas voltadas à valorização da memória afro-brasileira.

O diálogo entre ciência e comunidade se configura como um processo contínuo de construção coletiva, que tem início na pesquisa documental, ganha

corpo por meio da elaboração de roteiros e exposições, e se aprofunda na convivência cotidiana entre pesquisadores e moradores. A contra-narrativa histórica que daí emerge não se restringe ao âmbito acadêmico; ela impulsiona ações no território e exerce pressão por políticas públicas voltadas à memória.

Figura 8 - Urubu pousado na cruz da Capela de São João Batista, Ouro Preto (MG).²¹



Fonte: Registro da autora.

As práticas desenvolvidas ao longo desse processo reforçam a noção de conhecimento como um bem comum, compartilhado e co-produzido no próprio espaço vivido. Por meio das entrevistas realizadas, esse ponto de convergência entre o sentimento de pertencimento e a pesquisa histórica se entrelaça, mobilizando autores e investigações que contribuem para responder às inquietações dos grupos contemporâneos sobre suas raízes, como bem expressou um dos entrevistados. Como exposto pelo entrevistado que participa do coletivo Palma Preta

“E de repente a gente passa a fazer síntese desse desses volumes de materiais que a gente estava acessando. E aí a gente começa a construir essa narrativa, né de entendimento. Dessa relação dos povos africanos com a mineração território de onde vem né? Então, a gente fica assim um bom tempo desenvolvendo isso. E aí foi envolvendo pessoas de outras áreas, né, galera da geologia, outras pessoas da história, arquitetura, arqueologia, então a gente conseguiu reunir muita evidência assim...A gente foi fazer um

²¹ A Capela de São João Batista, provavelmente o templo mais antigo de Ouro Preto, teve sua primeira capelinha erguida por volta de 1698 pelos integrantes da bandeira de Antônio Dias. Construída em pedra de canga (refúgio de mineração), mantém à frente uma cruz e uma placa de 24 de junho de 1698 que lembram a primeira missa ali celebrada pelo Padre João de Faria Fialho.

<https://www.ouropreto.com.br/atrativos/religiosos/capelas/capela-de-sao-joao-batista>

garimpo. Nos documentos oficiais, né? Então por exemplo a gente vai ler o fruto Brasiliense que é o Texto do Barão de Swag, né? É um minerólogo que vem para cá em 1810, então, ele é a primeira pessoa que descreve técnicas tecnologias e como que era esse território minerário da coroa portuguesa que nas tese de Minas Gerais assim e ele traz essa referência de ferramentas e desenvolvimento de processo sendo africanos, só que ele não vai dizer isso de uma maneira que é uma uma alta tecnologia vindo da África, ele vai falar disso... tem um livro que chama a enxada e a lança nesse livro, ele descreve a história da África, tipo assim desde os tempos do Egito até 1.500. Que é a chegada dos portugueses é um Calhamaço, mas aí ele é quase um como é que fala um glossário, né? Ele vai pegando a região por região e vai tentando trazer os feitos maiores daqueles territórios ali assim, né? Ele vai trazer muita coisa da Costa da mina Costa do ouro do mar de Gana, né? Então ele traz elementos assim que ajuda a gente a pensar nesses territórios de onde vem essa galera que dominava essa mineração, né? Então você sai desse lugar anêmico, vamos dizer assim. Que é esse território narrado pela historiografia brasileira, né? Que vai abordar e trazer essa ideia do escravo sem alma que tava ali apanhando e tal e aí você entendendo esse passado anterior, você vai trazer outra visão para essa galera assim, né? Então assim quando a gente passa né? A medida que a gente faz as interpretações das estruturas. A gente caminha pela cidade trazendo essa visão” (Entrevista com integrante do Coletivo Palma Preta).

A análise das entrevistas e da observação de campo evidencia que o setor turístico de Ouro Preto opera entre convergências e tensões em relação às narrativas oficiais, especialmente quando se trata da inserção de roteiros e práticas voltadas ao afroturismo. Os operadores tradicionais, guias credenciados e agências turísticas convencionais, tendem a manter o foco na tríade simbólica do “ouro, barroco e Inconfidência”, sustentando uma infraestrutura já consolidada que atrai turistas nacionais e internacionais. No entanto, essa perspectiva reforça uma lógica eurocentrada, muitas vezes resistente à incorporação de novas leituras do território, como aquelas baseadas em memórias negras ou histórias subterrâneas silenciadas.

Por outro lado, os empreendedores que atuam com afroturismo, a exemplo da Mina Du Veloso e do Roteiro Ouro Preto Negra, vêm promovendo a diversificação das experiências culturais oferecidas na cidade. Suas propostas ampliam o mercado turístico, atraem o interesse de públicos escolares e jovens, e propõem outras formas de se relacionar com o passado, não apenas como patrimônio arquitetônico, mas como herança cultural viva. Ainda assim, esses grupos denunciam sua invisibilidade nos mapas oficiais e enfrentam disputas simbólicas e econômicas com os roteiros clássicos, lutando pelo reconhecimento e inclusão nas dinâmicas institucionais do setor.

Além disso, pequenos empreendedores localizados nos bairros da Serra de Ouro Preto desempenham um papel importante ao oferecer experiências enraizadas na vivência local. Esses atores falam a "língua do bairro", ou seja, estabelecem vínculos afetivos e culturais com visitantes que buscam autenticidade. Contudo, eles enfrentam barreiras como a ausência de políticas de capacitação e o peso de taxas municipais que dificultam sua permanência no mercado, evidenciando o descompasso entre o potencial social do turismo comunitário e os entraves estruturais impostos pelo poder público.

Essas convergências e tensões revelam que o turismo, longe de ser uma prática neutra ou meramente econômica, constitui também um campo de disputa por visibilidade, narrativa e pertencimento. O caso de Ouro Preto demonstra como a memória oficial e as novas propostas de turismo afrocentrado se entrecruzam e se confrontam, apontando para a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e pluralizadas no setor.

A contraposição entre as formas convencionais de mediação turística e as práticas emergentes de reinterpretação do território foi destacada pelo entrevistado ao abordar o desenvolvimento de uma "nova curadoria", ancorada em narrativas afro centradas e na valorização das comunidades locais como sujeitos da história

"Sim, a gente tem chamado de nova curadoria, entendendo isso, né? Que é um novo repertório de narrativa [...] torna a comunidade mais pulsante, né? Porque esse entendimento do patrimônio vivo, né?" (Entrevista com integrante do coletivo Palma Preta).

Essa abordagem rompe com a lógica tradicional do turismo patrimonial, frequentemente centrada em uma visão eurocêntrica e estetizante da cidade colonial. Como aponta:

"A narrativa colonial é ainda dominante em muitos roteiros oficiais, mas ela está sendo tensionada pelos próprios visitantes, que começam a provocar os guias com outras perguntas" (Entrevista com integrante do coletivo Palma Preta).

O entrevistado menciona, inclusive, o impacto da adoção de discursos históricos mais inclusivos pela Mina do Veloso²², que motivaram mudanças de

²² Mina Du Veloso (bairro Veloso, Ouro Preto–MG): Funciona como espaço educativo, coletivo e de mediação cultural. Sendo possível conhecer antigas estruturas de mineração colonial, com mais de 400 m de galerias que preservam marcas do trabalho de africanos escravizados. Visitas guiadas apresentam técnicas de extração,

postura em outros profissionais do turismo

“A medida que a mina do Veloso adotou essa narrativa e a galera — os guias — foi percebendo, principalmente pelas pessoas que eles estavam guiando, os turistas provocavam os guias. Isso automaticamente fez a galera rever muitas formas, muitas abordagens” (Entrevista com integrante do coletivo Palma Preta).

Esse tipo de confronto narrativo evidencia o que Pollak (1989) define como *memória subterrânea*, ou seja, saberes e lembranças que persistem à margem das versões oficiais e que emergem por meio de práticas culturais e intervenções sociais no espaço. Além disso, o entrevistado revela que os roteiros conduzidos pelo coletivo Palma Preta têm como prioridade a circulação de conhecimentos silenciados nos arquivos públicos e na historiografia dominante.

Esse exercício de releitura histórica realizado por agentes locais configura-se como uma estratégia de resistência e reapropriação simbólica do território. A prática de conduzir roteiros alternativos, como o intitulado “Retorno às Origens” do coletivo, contribui para a reconfiguração do espaço urbano como lugar de memória, no sentido atribuído por Pierre Nora (1984).

Neste trabalho, o turismo, em suas abordagens geral e afrocentrada, é considerado como instrumento analítico para explicitar tensões e contradições que permeiam as construções das narrativas patrimoniais e turísticas. Um dos entrevistados, atuante nas áreas de patrimônio e turismo, ressalta que a escassez de ferramentas, infraestrutura e políticas públicas apropriadas dificulta que a comunidade local usufrua do território, desenvolva atividades econômicas e culturais e, sobretudo, estabeleça laços de pertencimento com as ações relacionadas ao Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada (PNMAMQ). Tal perspectiva converge com a crítica de Smith (2006), ao argumentar que os discursos autorizados de patrimônio frequentemente excluem a participação ativa das comunidades locais, priorizando interpretações institucionais que distanciam os sujeitos de seus próprios referenciais históricos e culturais.

- Entrevistado 4: Integrante do Rodeador Cultural

Em outra perspectiva, temos outro entrevistado atuante no circuito de

geologia e o contexto socioeconômico de Vila Rica, promovendo reflexões sobre raça, etnia, identidade, trabalho, exploração e empoderamento. <https://www.ouropreto.mg.gov.br/turismo/atrativo-item/570>

patrimônio e turismo com o projeto Rodeador Cultural, que está em Ouro Preto há três anos. Já conhecia a cidade por seu caráter turístico e por sua relação com a história. Inicialmente, veio como visitante, acompanhando um pouco da rotina local. Em 2021 e 2022, durante o período da pandemia e do trabalho remoto, mudou-se para Ouro Preto para atuar no Departamento de Letras da UFOP. Morando no Centro Histórico, passou a conviver mais de perto com os moradores da região e a ouvir as histórias da cidade. A partir de seu contato nos eventos culturais e com a comunidade, conheceu o Morro da Queimada.

“Você começa a conhecer Ouro Preto e os moradores, se contando a história. E aí, por uma ocasião, eu estava na Casa da Cultura Negra, tinha um lançamento de livro lá e o prefeito participou desse lançamento de livro, que estava contando as histórias justamente de alguns negros daquela costa do Benim que vieram para essa região de Ouro Preto e que estavam fazendo o percurso dessa população. E aí o morador lá da região foi enfrentar o prefeito, foi questionar o prefeito sobre o parque do Morro da Queimada. Ele falou que já havia um plano, um mapeamento para transformar o Morro da Queimada num parque arqueológico, com visita de escolas, com incentivo ao turismo local, já que o Morro da Queimada fica num ponto muito estratégico entre a comunidade do Morro Santana e o Parque das Andorinhas, no Morro de Sebastião, então ali é uma zona que há muita passagem de moradores” (Entrevista com integrante do Rodeador Cultural).

Sobre o PNMAMQ, afirma

“Só que o Morro da Queimada surge pra mim efetivamente no final de 2023, quando eu estou fazendo um curso de capacitação da UFOP, na verdade era um curso de capacitação em turismo, que era a UFOP, Prefeitura Municipal e a ACEOP, que é a Associação Comercial. Essas três instituições se reuniram justamente para tentar modificar o panorama turístico europeu, já que havia uma reclamação enorme de que havia briga de guias turísticos na Praça Tiradentes, havia uma espécie de não-constitucionalismo na área turística. Então comecei a perceber que o Morro da Queimada tinha uma dimensão maior do que eu imaginava. E aí fui lá conhecer o Morro da Queimada, já conheci algumas pessoas que moravam nessa região do Parque de Faria, Morro de Santana, e esses moradores me levaram lá pra conhecer” (Entrevista com integrante do Rodeador Cultural).

Também evidencia os riscos relacionados ao manejo do Parque e os desafios ambientais que impactam a região

“E aí a gente começou a encontrar estudos, inclusive a própria UFOP, que já havia preparado, pesquisas sobre aquela região, sobre o impacto que ela poderia proporcionar em termos de visibilidade turística, ou também os problemas que há com a pressão urbana que está ali impactando o parque, e geralmente nesse período aí de seca, que há em ouro preto, sempre há queimada. Esse ano não foi diferente, houve queimada de novo no Morro da Queimada, com uma proporção bem menor, então a gente já viu que ele não pegou tudo do parque. Ele aconteceu, por exemplo, justamente naquela área limítrofe com a malha urbana do Morro de Santana, então

provavelmente o morador vai ali do lado, no quintal, para fazer algum curso de terra, algum mato, toca fogo de repente para fazer uma limpeza, sei lá o que ele faz, e o fogo termina se espalhando” (Entrevista com integrante do Rodeador Cultural).

O entrevistado aponta que o turismo em Ouro Preto é fortemente concentrado na região conhecida como Vila Rica — o Centro Histórico, o Bairro Colonial e áreas como Barroncas —, enquanto outras localidades relacionadas às origens do antigo Morro permanecem esquecidas. O Morro da Queimada, um dos primeiros arraiais de fundação de Ouro Preto e cenário de importantes acontecimentos históricos, como a Revolta de Felipe dos Santos, é identificado como um território de grande potencial cultural e turístico.

Em diálogo com moradores dos bairros Padre Faria, São Sebastião, Morro Santana e Alto Cruz, foi elaborado um roteiro dentro do Parque do Morro da Queimada. Esse percurso surgiu como um desdobramento de outro roteiro existente, o Vale do Ojo, localizado na região de Santa Efigênia, que inclui pontos de interesse como uma antiga marmoraria, remanescente de um período em que havia uma estação de extração de mármore no local.

A proposta inicial consistia em fomentar a economia local, criando roteiros turísticos que incentivassem a permanência do visitante no território. O circuito também integrava experiências gastronômicas, nas quais o passeio pelo Vale do Ojo terminava com o almoço na casa de uma cozinheira reconhecida pela comunidade. Assim, a iniciativa nasceu do desejo de fortalecer o turismo de base comunitária, valorizando os agentes locais e capacitando-os para desenvolver atividades próprias em seus territórios. Porém, o entrevistado pontua:

“Existe esse modelo assentado hoje no Morro da Queimada, mas, infelizmente, ainda não há uma efetividade nesse tipo de circuito. O Vale do Ojo afinou mais, talvez pela proximidade com o centro urbano, ou até mesmo pela articulação que o pessoal do Vale do Ojo conseguiu fazer com circuitos culturais de ouro preto. Mas o Morro da Queimada, apesar de estar num ponto muito estratégico, apesar de também ser uma zona de transição, não vingou ainda. Então, a gente está num patamar de, olhar, por que não está vingando? Será que não vingou porque falta aquela estrutura que a prefeitura prometeu fazer no parque? Ou não vingou porque a comunidade ainda não abraçou a causa e realmente não criou alternativas, já que a prefeitura também não levou nenhuma solução? Então, acho que o cenário está um pouco esse ainda” (Entrevista com integrante do Rodeador Cultural).

As questões de acesso e segurança, também são uma preocupação:

“O projeto que o prefeito falou que já estava pronto, eu não tive acesso, e nem conheço alguém que teve acesso aí para a gente entender o que a prefeitura estava propondo em termos de intervenção. Porque a gente observa ali que, como é uma região que foi região de mineração, você tem muito buraco de sarilho, né, aqueles buracos, inclusive a gente tem, um buraco de sarilho, não sabe a dimensão dele, torna-se um perigo local, porque você tem ali um fluxo enorme de pessoas que cotidianamente passam entre o Morro São Sebastião e o Morro Santana, esses buracos de sarilho, eles ficam justamente na lateral da trilha, você caminha e encontra ele facilmente. Então, a gente sabe que, primeira coisa, identificação desse buraco de sarilho seria uma ação super importante, primeiro, para você também indicar que ali é um buraco de sarilho, explicar o que é um buraco de sarilho para promover o turismo, mas também por uma questão de segurança para o morador, às vezes tem criança circulando ali, naquela região ali” (Entrevista com integrante do Rodeador Cultural).

A relação entre a comunidade da Serra de Ouro Preto e o Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada revela uma percepção múltipla e, em diversos aspectos, fragmentada sobre o pertencimento ao território e seu uso. Entre os moradores mais antigos, especialmente aqueles vinculados a irmandades religiosas e grupos de Congado, o parque é compreendido como um lugar de resguardo da memória. Para esses “guardas da memória”, trata-se de um espaço íntimo, cenário de vivências cotidianas, festividades e trajetos ancestrais. Cuidar do parque, portanto, é entendido como um ato de proteger a própria identidade coletiva.

Por outro lado, há os chamados usuários recreativos — moradores que, embora reconheçam o valor do parque, ainda não têm acesso pleno a ele. Para esses sujeitos, o parque representa uma oportunidade latente de lazer, saúde e contemplação, desde que existam regras básicas de uso, como manter a limpeza e respeitar as sinalizações. Esse grupo expressa um desejo de usufruto mais direto e funcional do espaço, associado à qualidade de vida.

Já os vizinhos da serra, localizados em áreas mais afastadas, como partes do Padre Faria e do Alto da Cruz, relatam uma relação distanciada com o parque. Ainda que o percebam geograficamente próximo (“logo ali”), não se sentem parte dele. A ausência de sinalização, transporte adequado e informações claras sobre o que existe no local contribui para a sensação de exclusão. Suas prioridades cotidianas, como acesso à saúde, segurança, saneamento e emprego, parecem não dialogar

diretamente com a agenda da preservação patrimonial, o que reforça o afastamento simbólico desses grupos em relação ao parque.

No campo técnico-cultural, pesquisadores da UFOP, guias turísticos, servidores públicos e militantes do patrimônio se posicionam como mediadores entre a comunidade e o Estado. Para esses agentes, o parque representa um laboratório vivo, onde se entrecruzam práticas de pesquisa arqueológica, educação patrimonial e turismo. Embora assumam uma identidade de “ponte” entre os saberes acadêmico-institucionais e as vozes locais, muitos reconhecem os limites dessa mediação, especialmente quando o discurso técnico não se traduz de forma acessível para os moradores.

Entre comerciantes locais e parte da comunidade, surgem críticas à forma como as políticas de conservação são implementadas. Esses sujeitos frequentemente se sentem deslocados ou marginalizados, ao perceberem que as normas chegam “de cima para baixo”, reforçando a ideia de que o parque pertence aos órgãos públicos e não à comunidade. Nesse contexto, a identidade desses atores se constrói na resistência ou na negociação constante por espaço e voz frente às regulações externas.

Em síntese, a comunidade não se vê de maneira uniforme: o grau de pertencimento ao PNMAMQ oscila conforme história familiar, geração, proximidade física, ocupação profissional e experiência direta (ou ausência dela) com o espaço. Trabalhar políticas de gestão compartilhada requer, portanto, reconhecer esse mosaico de auto-percepções e criar dispositivos que façam sentido para cada segmento, desde trilhas interpretativas voltadas aos jovens até rodas de memória com os antigos congadeiros, grupos tropeiros; passando por canais de diálogo e conexões. Refletindo como estão sendo realizadas estas ações, se de alguma forma estamos replicando violências sistêmicas e imposições nas comunidades, atravessando suas próprias narrativas da história (Gnecco, 2009, p.25).

Para além disso, vem sendo debatido o processo de implementação do parque. Foram apresentadas propostas na estruturação do PNMAMQ, visando o seu potencial turístico. Assim, modelos arquitetônicos e de interferências na segurança perimetral do parque foram apresentadas, como a criação de muros, cercas e alambrados; criação de vias de acesso; implantação de edificações em prol da

realização das atividades previstas; consolidação, restauração e agenciamento das ruínas; proposição de obras e medidas de proteção (Bedim, Cortezão, Batista, Pontelo, 2010). Porém especialistas nas áreas de turismo e Ecomuseologia apontam que esse perfil de projeto é questionável, pois, separariam a comunidade do espaço, criando fissuras nesse processo dialógico proposto desde o início da elaboração do Parque.

A proposta também prevê a construção de Portaria, com recepção, guarda-volumes, loja e banheiros para os visitantes; Centro de Convivência, com o setor administrativo, depósitos, área de exposições, auditório, anfiteatro e cafeteria; Centro de Estudos com laboratórios, reserva técnica e espaços de apoio; Centro Comunitário com salas de reuniões, Ecomuseu e salas multimeios. Segundo o projeto, pretende-se erguer tais construções em plataformas elevadas, que dispensaram grandes movimentos de terra. Dessa forma, o desalojamento das famílias que habitavam a área do parque revela-se um contrassenso em relação ao próprio projeto, uma vez que este prevê a construção de instalações de grande porte no local. Ademais, a alteração da categoria de Parque Natural para Monumento possibilita maior flexibilização nas regras de ocupação do território, o que contradiz as decisões anteriormente estabelecidas.

Considera-se na museologia Social os espaços Museais não são determinados apenas por estruturas físicas, coleções documentadas e uma curadoria especializada, estes espaços podem surgir de maneira espontânea e singular através por exemplo de museus in situ, museus comunitários, ecomuseus e diversas outras formulações que abranjam o patrimônio cultural ligado à comunidade e os cidadãos. Esse é o pensamento aplicado da Nova Museologia, social, comunitária, que anseia por estes processos de democratização dos territórios patrimoniais e culturais (Arcuri, Costa, 2020, p.129).

Alguns pontos de tensão, portanto, são observados. Primeiramente a tensão observada refere-se ao confronto entre a memória oficial e a memória vivida. Enquanto o circuito histórico central de Ouro Preto, amplamente promovido pelo turismo, privilegia uma narrativa barroca vinculada à elite colonial, as ruínas do Morro da Queimada, apesar de seu tombamento e valor histórico, permanecem à margem das rotas turísticas e das ações de valorização patrimonial mais visíveis. Os

moradores relatam sentir que suas histórias, experiências e identidades não encontram espaço nos folhetos promocionais da cidade. Trata-se, portanto, de uma exclusão simbólica, que reforça a invisibilização de memórias negras, populares e comunitárias que compõem o tecido social do território.

A segunda tensão envolve o descompasso entre o pertencimento simbólico e o acesso prático ao território. Nas entrevistas, o Morro da Queimada aparece como um local importante e carregado de significado. No entanto, alguns moradores nunca o visitaram, em razão da ausência de condições mínimas de acesso, como transporte público adequado, sinalização e segurança. Essa desconexão revela que o valor simbólico do parque não se converte, necessariamente, em uso cotidiano ou apropriação concreta do espaço, apontando para desigualdades no direito à cidade e no usufruto do patrimônio cultural.

Por fim, a terceira tensão identificada diz respeito à relação entre uma comunidade ativa e um modelo de governança pública frequentemente ausente ou ineficaz. Os relatos trazem menções a "projetos fantasmas", iniciativas anunciadas que nunca se concretizaram, e a audiências públicas que resultaram em poucos retornos práticos. Mesmo quando há propostas e participação comunitária, os moradores indicam que suas demandas nem sempre são acolhidas institucionalmente. Essa ausência de resposta por parte do poder público gera frustração, desmobilização e distanciamento, afetando diretamente os processos de pertencimento e de co-construção do território.

Figura 9 - Estrutura remanescente de moinho, localizada no PNMMQ.



Fonte: Registro da autora.

Essas três camadas interpretativas (memória, acesso e participação) compõem um quadro complexo sobre a relação entre sujeitos, território e patrimônio, e orientam as análises aprofundadas que serão desenvolvidas nas seções seguintes. A partir das informações analisadas, é possível observar que o Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada é um território marcado por sobreposição de sentidos, onde coexistem diferentes percepções, usos e disputas. Emergindo à disparidade entre pertencimento simbólico e acesso prático ao território, revelando tensões entre memória, políticas patrimoniais e o cotidiano das comunidades locais.

CAPÍTULO 4 - DAS INSTITUIÇÕES AO COTIDIANO: POR QUE A MEMÓRIA REVERBERA?

Considerando os dados obtidos nas entrevistas e na vivência prática em campo, onde pude acompanhar/observar os entrevistados em ações de trabalho, cotidiano, lazer e afins; existe uma fissura nos debates abordados no ambiente acadêmico, institucional e das políticas públicas; e o que reverbera na comunidade. Nota-se que uma determinada parte dos moradores dos bairros limítrofes possuem pouco acesso aos temas relacionados ao Parque e pouco acessam a área demarcada. Que esses acessos ficam por vezes restringidos a grupos e pessoas ligadas às instituições e/ou equipamentos patrimoniais ; essa fissura dialógica se torna um complexidade na gestão patrimonial e nas dinâmicas do debate. Pois, apesar dos esforços de coletivos, grupos de pesquisa associados a UFOP e debates abertos sobre o território; a ampla população da cidade de Ouro Preto, e parte dos moradores dos bairros limítrofes desconhecem essas ações.

Esses moradores são atravessados por questões como risco geológico, um levantamento do Serviço Geológico do Brasil aponta que Ouro Preto tem o maior número de áreas de risco do país. São 313, sendo que pelo menos 97% delas estão no patamar de risco geológico alto e 2,8%, muito alto. Ao todo, 6.486 pessoas são afetadas pelo problema²³; além de questões de saneamento, mobilidade urbana e saúde; o que gera um afastamento dos temas patrimoniais, turísticos e de lazer urbano. Considerando que os debates que atravessam o patrimônio cultural não se faz em si mesmo, nas edificações, estruturas e afins; se faz na alma que emana da sociedade, de seu valor afetivo, emocional, das lembranças e da vivência nesses espaços, nas festas, nas canções, no paladar da comida típica e na troca humana. Nas aproximações e convergências criadas a partir de cada entrevistado, assim permitindo coletar as informações pertinentes à pesquisa (Bueno, 2019, p.47).

As medidas devem ser tomadas diretamente com a comunidade, mobilizando e compreendendo quais ações e estratégias devem ser consideradas no desenvolvimento destas propostas. Pois apenas com a população inserida neste

²³https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/01/08/interna_gerais,1441927/ouro-preto-e-a-cidade-brasileira-com-mais-areas-de-risco-do-pais.shtml

contexto é que a tomada de decisões, recursos e de identificação será eficaz nos territórios (Varine, 2014, p.27). Que as decisões sejam horizontais, mesmo considerando os processos mais complexos, é possível que a atuação de pesquisa institucional seja acessível e comunique-se com a população. O debate sobre a democratização destas pautas sempre será necessário.

Esses debates atravessam diretamente a constituição de memória e pertencimento dos indivíduos. Nesse sentido a memória se constitui entre tempo, sujeito e espaço, na formação do território. Sendo elaborada como camadas sedimentando e constituindo os processos sociais e históricos, assim "através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a este respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem" (Candau, 2019, p.61-62).

Porém seu aspecto não se limita às percepções do sujeito e parte também para o âmbito social, para Halbwachs (1990) estamos de modo geral associados às pré concepções dos grupos e laços sociais dos quais somos imersos. O autor considera que o espaço é referencial crucial para a "organização mental" dos indivíduos, uma mudança drástica do local pode ocasionar a ruptura na sua ideia de personalidade. Os movimentos de ocupação, trauma, saída e (re)ocupação do Parque, desde seu período colonial, nos aponta indícios dessas demarcações na memória social da comunidade ali inserida.

Figura 10 - Bandeira estendida na Casa de Cultura Negra em Ouro Preto (MG).



Fonte: Registro da autora, 2024.

Nesse sentido, a memória reverbera não somente o espaço e a materialidade que compõem as comunidades e seus sujeitos. A oralidade por exemplo é um processo de perpetuar por gerações as histórias de família, cantos populares e narrativas que integram as formações de grupos populares, seus credos. Até os processos que são narrados como causos, lendas e mistérios que atravessam a cidade e sua história. Assim como, a parte historiográfica que foi abafada durante as narrativas oficiais. Benjamin aponta essa estrutura da oralidade como

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo (Benjamin 1994).

Portanto, o trabalho de narrar se torna parte do trabalho de memória. Do trabalho de perpetuar as histórias desses grupos e indivíduos, resistindo ao esquecimento. Conforme argumenta Walter Benjamin, a narrativa constitui-se como um entrelaçamento de experiências que, ao ultrapassar os limites do sujeito interiorizado, adquire uma dimensão coletiva. Tal processo se realiza por meio da articulação de diferentes temporalidades, espacialidades e vínculos sociais, convertendo a narrativa em um dispositivo estruturante da experiência humana e da formação identitária. Nessa perspectiva, a memória deixa de ser uma construção individual para se configurar como um fenômeno socialmente compartilhado, conforme postulado por Émile Durkheim, ao afirmar o caráter intrinsecamente social do ser humano (Durkheim, 1989). Assim, é no entrecruzamento dessas relações que se edifica a memória coletiva.

A compreensão das comunidades locais como guardiãs da memória coletiva encontra sólido respaldo teórico em diversos autores que tratam da memória social e dos processos de patrimonialização. Maurice Halbwachs (1990), ao desenvolver o conceito de memória coletiva, afirma que a recordação é sempre estruturada socialmente: “a memória não pertence ao indivíduo isoladamente, mas é construída e mantida por grupos sociais aos quais ele pertence”. Assim, rituais, caminhadas, celebrações e narrativas orais, como as realizadas nos roteiros afrocentrados conduzidos por coletivos locais, tornam-se práticas de transmissão da memória viva.

Essa memória, portanto, não é apenas conservação, mas também resistência, atualização e performance cotidiana.

Gustavo Lins Ribeiro (2005) complementa ao afirmar que “os sujeitos comunitários assumem o papel de guardiões do patrimônio imaterial, reatualizando-o cotidianamente”, sobretudo quando há tensão entre narrativas oficiais e memórias marginalizadas. No contexto do Morro da Queimada e de Ouro Preto, essa atuação das comunidades negras e periféricas como guardiãs da memória torna-se ainda mais relevante diante do histórico apagamento das contribuições africanas e afro-brasileiras na formação do território.

A memória, longe de ser uma âncora paralisante, pode tornar-se uma força libertadora, como indicam diversos autores da literatura e da crítica decolonial. Para Césaire (2022), é ao retornar ao passado que o sujeito negro reencontra sua dignidade. Conceição Evaristo (2023), por sua vez, escreve que a memória da vivência se transforma em escrevivência, uma forma de resistir ao apagamento. Portanto, a memória reverbera nas práticas religiosas, nas tradições tropeiras, no congado, nas ferramentas criadas para a proteção do patrimônio, no turismo e nos estudos intelectuais que discutem as relações entre pessoas e território. Ela não é apenas preservada, mas vive e atua nos meios construídos para lembrar, nas formas de organização coletiva em torno da memória, e na maneira como os sujeitos se mobilizam para refletir sobre seu passado e pertencimento.

A memória ecoa também nos discursos, em como são elaborados, reinterpretados e, muitas vezes, disputados, tornando-se um elemento dinâmico e constitutivo das identidades locais e das práticas sociais que moldam o território. Na sequência, apresento os grupos sociais e os conceitos que considero fundamentais na elaboração dessas memórias, especialmente aquelas associadas ao Parque e ao território em seu entorno.

4.1 Congado, oralitura e outras ativações de memória

Abro este subcapítulo pedindo licença para falar com a alma e não academicamente. Num certo dia em minhas atividades de campo, me encontrava na Casa de Cultura Negra em Ouro Preto - MG, para uma entrevista com um dos integrantes da guarda de Moçambique. Após a realização da entrevista, me desloquei para a igreja Matriz de Santa Efigênia, que fica ao lado da Casa de Cultura Negra. Entrei na Igreja, comprei o ingresso e sentei em um dos primeiros bancos, comecei a desenhar em meu caderno de campo. Hábito esse que tenho desde que morei em Ouro Preto, por vezes nas minhas andanças cotidianas, paro, observo...desenho, escrevo, com o coração. É necessário olhar o ordinário devagar.

Neste dia, repassando a conversa que acabara de ter com um dos entrevistados, agora ali sentada na igreja; comecei escrever meus pensamentos, fluir em poema, sobre o que escutei a pouco, refletir por onde a pesquisa estava se encaminhando, escrevi, de modo frenético. Um senhor sentado no banco da fileira ao lado, turista, com sua câmera em mãos, chapéu de passeio, cansado pela subida da escadaria, me pergunta: “Perdão menina, mas o que você tanto escreve?”.

Parei, olhei pra ele, pensei “Como explicar que escrevo sentimento? Que escrevo aqui linhas que falam de séculos, de mil vidas, de como sou atravessada diariamente pela minha pesquisa? Como explicar que escrevo aqui, o que talvez não entre na minha dissertação, mas preciso registrar, que é registro de alma?”

Então me ative a dizer “Estou repassando dados da entrevista que fiz a pouco para minha pesquisa de mestrado.” Ele se interessou e começamos uma breve conversa, atravessada pelo ritmo do roteiro que ele ainda ia realizar para conhecer a cidade. Mas que certamente trouxe uma experiência única para nós dois.

Quis inserir esse relato, pois acredito que essa seja a face mais verídica da “função” da pesquisa; os encontros. Encontros esses que desencadeiam transformações, mesmo que mínimas. Nesse dia me veio a vontade de escrever um poema, simples com pouca técnica, mas apenas vontade de me expressar, me veio assim

Na subida do Alto da Cruz
Tem uma Igreja que tudo vê
No seu centro rege a alma
Do povo que ali viveu

O mar tempestuoso atravessaram
Mesmo com tanta dor
Chegaram até a serra
Firmaram seu andor

Pela pedra e pela fé
Construíram uma imensidão
E no adro de Efigênia
Coroaram com louvor
Pisando sob a terra
Cantando seu amor

Moçambique vem chegando
Abram alas pro tambor
O Reinado é luta e dança
Que chegou com seu ardor.

Notadamente a fé e as manifestações culturais sempre foram ferramentas de conexão convergindo território, patrimônio e memória. Dentro do quadro histórico de formação colonial, a Igreja católica desempenhou um papel de coerção cultural e religiosa nas comunidades tradicionais e nas diversas etnias africanas escravizadas em território brasileiro. Apesar da rígida formação sociocultural, a resistência desses grupos coagidos, desenvolveu subterfúgios cognitivos e sociais para sua sobrevivência.

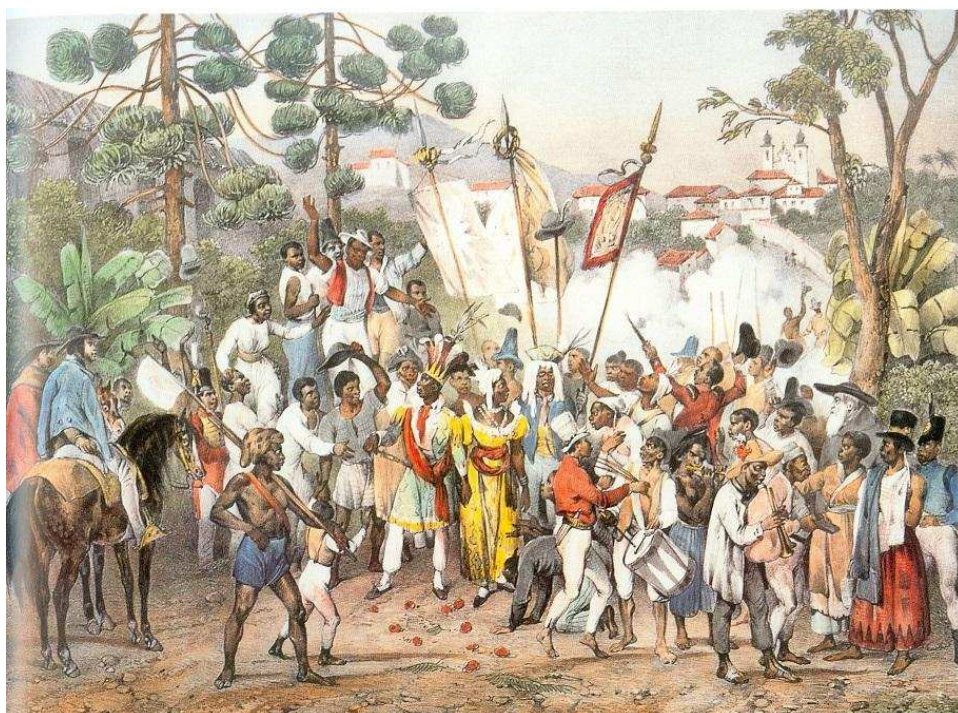
Esses grupos através da concepção da religiosidade, das irmandades e fé agiam não apenas como uma ferramenta subjetiva de sobrevivência ou imposta, funcionam como uma ação sociocultural. Pois suas manifestações religiosas de matriz africana, a capoeira, os cantos, danças eram proibidos.

Além de que a mobilidade social no Brasil Colonial era praticamente impossível, mesmo para forros; mas as irmandades eram defendidas em livre manifestação pela Igreja Católica e senhores brancos, não por generosidade, permitiam a reunião dos negros em agremiações religiosas parecia ser um meio de abafar os ânimos revolucionários dos escravos, servindo como consolo e estímulo à

resignação. Porém, essas formações se tornaram espaços de autoafirmação e resistência para os negros, que acreditavam que com base na proteção e libertação de seus irmãos cativos como dever das Irmandades (Tanaka, 2015, p.2).

Provando através dos séculos, que ao contrário do que os colonizadores esperavam com imposição religiosa, essa foi parte de uma ferramenta de alma e luta. A resistência e ressignificação foi ferramenta desses povos, que mesmo condicionados a situações de escravidão, conseguiram se inserir culturalmente através das práticas religiosas e socioeconômicas. As estruturas religiosas constituídas pelas Irmandades possibilitaram que os grupos se reunissem, mesmo com intensa fiscalização da Coroa. As confrarias buscavam fugir das interferências das autoridades, seja essa civil ou eclesiástica (Scarano, 1978, p.32).

Figura 11 : Rugendas (Brasil 1822/1825) - Reinado, Ouro Preto (MG).



Fonte: <https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/e-irmandades-cortes-festas-e-manifestacoes-catolicas/>

A resistência, mesmo inserida no contexto do cristianismo, que não era a religião desses povos, foi importante ferramenta de inserção cultural e adaptabilidade como meio de sobreviverem a barbárie imposta. Como pontuado pela pesquisadora Rosângela Oliveira

A Congada representava apenas uma parte dessa estrutura organizacional, a parte festiva da expressão litúrgica celebrativa travestida de catolicismo,

mas que possibilita a recriação o universo simbólico desses povos, através da expressão corporal, dos cantos e danças acompanhados pelos sons de instrumentos de origem africana como tambores, maracás, caxixis fabricados por eles mesmos (Oliveira, 2012, p.2).

Essas formações não se limitaram ao passado, na sociedade contemporânea segue sendo parte dessas estruturas de resistência cultural e organização social. Como apontado por Candau (2019) seria a “memória geracional”, o autor defende que essa é uma memória de fundação que possui seu lugar no jogo identitário. A memória geracional apresenta assim duas formas, uma antiga e uma moderna. A antiga corresponde à memória genealógica – mas que vai além da família, é a consciência de pertença a uma cadeia de gerações sucessivas. É a consciência de sermos os que dão continuidade aos nossos predecessores, aqueles que se sentem pertencentes a um determinado grupo. A consciência do peso da ancestralidade é manifestada em expressões de forte carga identitária.

Deste modo, ainda na contemporaneidade, os grupos religiosos, confrarias e o congado, são importantes na manutenção dessa memória viva, resistência negra e nas contra narrativas históricas. Apesar disso, mesmo com tamanha carga histórica e cultural, os grupos de Congado enfrentam dificuldades ligadas ao preconceito religioso e de manutenção das atividades dos grupos, como dito por em entrevista com integrante da Guarda de Moçambique, apresentado anteriormente.

O preconceito e essas disputas de narrativas não são algo recente, e os denominados estudos pós-coloniais também apontam para esses debates. Resignificando e alterando as abordagens antes estabelecidas não apenas nas produções intelectuais e acadêmicas, mas extrapolando seus muros e tornando-se pautas públicas e sociais.

Compreender as comunidades contemporâneas e a formação do Estado moderno exige refletir sobre as relações entre tempo e escravidão na constituição da modernidade (Mbembe, 2014). Segundo o autor, “a escravidão moderna representou a primeira experiência de uma humanidade reduzida à condição de mercadoria” (Mbembe, 2014, p. 36), instaurando regimes de dominação que estruturam o mundo moderno até hoje.

De forma convergente, Césaire (2022) denuncia que a colonização “fundada sobre o desprezo do homem nativo [...] tende inevitavelmente a modificar aquele que

a empreende” (p. 15), revelando o caráter autodestrutivo da modernidade colonial. Já Fanon (2005) destaca que a descolonização implica um “fenômeno violento” (p. 27), por exigir a reconstrução de subjetividades e a ruptura com estruturas históricas de opressão.

Essas camadas de tempo, escravidão e resistência atravessam a formação do Parque e da cidade de Ouro Preto (MG), onde as noções de patrimônio, religiosidade e memória se entrelaçam às experiências históricas e simbólicas das populações negras.

Na pesquisa em questão reflito essa compreensão da dimensão religiosa e social, através da obra de Leda Maria Martins intitulada como "Performances da oralitura: corpo, lugar da memória". Leda aborda como a religião é performance intrínseca atrelada a suas redes de vida, corpo, voz e práticas ritualísticas formam a identidade negra. A autora usa como objeto de pesquisa as performances e cenas rituais, classificando o corpo como ferramenta de ação, sentido e local de inscrição de conhecimento. Essa concepção de performance permite aprender sobre os conhecimentos Africanos que se restituem nas Américas. Como apresenta Leda

“A Cultura negra nas Américas é de dupla face, de dupla voz, e expressa, nos seus modos constitutivos fundacionais, a disjunção entre o que o sistema social pressupunha que os sujeitos deviam dizer e fazer e o que, por inúmeras práticas, realmente diziam e faziam. Nessa operação de equilíbrio assimétrico, o deslocamento, a metamorfose e o recobrimento são alguns dos princípios e táticas básicos operadores da formação cultural afro-americana, que o estudo das práticas performáticas reinteram e revelam. Nas Américas, as artes, ofícios e saberes africanos revestem-se de novos e engenhosos formatos” (Martins, 2021, p.69).

A pesquisa parte de sua própria vivência, Leda Martins é Rainha Conga da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá, em Belo Horizonte, local sagrado onde ocorrem anualmente os ciclos do Reinado. Portanto, Leda compreende esse lugar de ancestralidade, do saber ser transmitido. Essa concepção para Leda de Oralitura e performance, recorre às memórias orais e os processos da cosmovisão africana.

A obra trata assim de diversas dimensões como: História atlântica, Cosmologias, Corpo-arquivo. Ao reconhecer a oralitura como forma legítima de escrita, desloca-se a supremacia do texto alfabético na produção de conhecimento; nessa mesma vitalidade política, ritos como o Congado atualizam as memórias de

violência colonial ao reposicionar sujeitos negros como autores da história no presente; e, em termos estéticos, o conceito de tempo espiralar infunde à arte contemporânea um ritmo não linear, abrindo caminho para alternativas às teleologias ocidentais.²⁴

Figura 12: Guarda de Moçambique de Ouro Preto (MG).



Fonte: Eduardo Tropaia -

<https://www.ouropreto.com.br/noticia/1479/a-fe-que-canta-e-danca-reinado-de-nossa-senhora-do-rosario-e-santa-efigenia-janeiro-de-2016>

A fala do integrante do Palma Preta apresenta exatamente como essa memória, o corpo e alma interagem através dos séculos, das gerações e da constituição dessa identidade

“Pra mim, a memória é uma semente que os nossos ancestrais plantaram ali. E aí hoje ela vai dando esses frutos, que é o que eu sou hoje, que é o que você é hoje, buscando aí essas forças. Então, para mim, essa sementinha plantada pelos nossos ancestrais e eles plantaram com esse

²⁴Em suas obras, Leda articula perspectivas epistemológicas, políticas e estéticas que fundamentam as ideias sintetizadas.

intuito. Um dia eu vi uma pessoa falando assim: “ Ah, eu vou plantar um pé de jabuticaba, esse aqui é para os meus netos e os meus bisnetos comerem.” Então eu acredito que é como se fosse uma sementinha de jabuticaba ou de uma de alguma outra árvore, né? Que os nossos ancestrais plantaram. Falando, aqui os meus vão ter esse fruto da sabedoria. Então eles plantaram a sementinha da sabedoria, foram regando ali, as gerações foram cultivando e hoje a gente continua cultivando essa árvore. Nós somos frutos dessa árvore ancestral, para que ela continue dando frutos para aqueles que vão vir também e continuar plantando e semeando essa sabedoria” (Entrevista com integrante do Palma Preta).

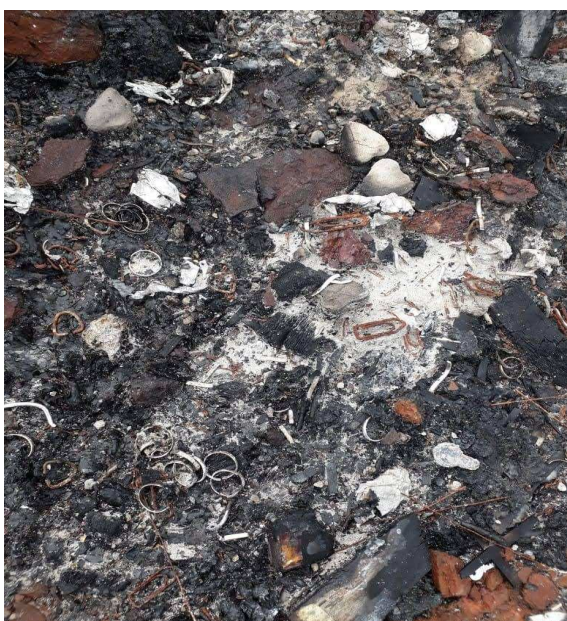
Através da religiosidade e da relação que vai sendo constituída entre a comunidade, essa vivência da memória do território, das narrativas ancestrais vão sendo elaboradas a cada geração. Como dito pelo entrevistado, são meios de plantar, cultivar, criar raízes e colher os frutos. Esses grupos, portanto, se colocam como parte motriz de uma seleção de narrativas sobre as comunidades negras, sua fé e ancestralidade.

4.2 Poder local: Presente e políticas

Apesar das iniciativas destinadas a delimitar a poligonal do Parque, realizar a desocupação das famílias anteriormente residentes, efetuar o cercamento e formalizar juridicamente a unidade de conservação, a ocupação irregular do território persiste sob diversas modalidades. As visitas de campo evidenciam acúmulo de resíduos sólidos, vestígios de abandono de animais mortos e a ocorrência de fogueiras acesas por visitantes para rituais religiosos e afins, entre outras interferências antrópicas. Esse uso inadequado, reiterado ao longo do tempo, compromete de maneira significativa a integridade da fauna, da flora e das estruturas arqueológicas remanescentes.

Também verifica-se práticas de descarte irregular de resíduos, fontes potenciais de incêndio e outros usos inadequados que se disseminam pelas encostas da Serra de Ouro Preto, observam-se, em paralelo, iniciativas voltadas à preservação não apenas do espaço físico do parque, mas também da memória coletiva, dos processos históricos e da dinâmica turística a ele associados.

Figuras 13 e 14 : Vestígios de fogueira, possivelmente associada a prática ritualística: nas cinzas identificam-se medalhas com inscrições devocionais, fragmentos de cartas manuscritas, cliques metálicos, velas parcialmente consumidas e peças de vestuário deterioradas, presumivelmente empregadas como elementos religiosos.



Fonte: Registro da da autora.

Figuras 15 e 16: Ossada de animal doméstico acompanhada por entulhos de construção e resíduos plásticos, depositados de forma irregular no perímetro do parque.



Fonte: Registro da autora.

No âmbito de políticas públicas atuais em relação ao PNMAQ, houveram algumas atualizações, como:

- Recomposição do Conselho – Decreto 8.630 de 13/12/2024 incluiu representantes do IPHAN (titular e suplente) e abriu a atual legislatura 2024-2026.²⁵
- Coordenação executiva – Ato 402/2025 nomeou Silas de Souza Santos como Coordenador de Serviços do Conselho, garantindo ponto focal técnico-administrativo.²⁶
- 30ª reunião ordinária (22 jan) e 31ª (02 abr) convocadas para discutir posse de novos membros, avaliação de obras no interior da UC e próximos projetos.²⁷
- Ata 29ª (publicada em 17 fev 2025) confirma que o termo de referência do Plano de Manejo está pronto; prioridade agora é captar recursos para contratação do estudo.²⁸

²⁵ <https://www.ouopreto.mg.gov.br/pages/diario-cmop.php?id=1086&page=diario-publicacoes-cmop>

²⁶ <https://www.ouopreto.mg.gov.br/transparencia/diario-publicacoes/3624>.

²⁷ <https://www.ouopreto.mg.gov.br/transparencia/diario-publicacoes/3624>

²⁸ <https://www.ouopreto.mg.gov.br/transparencia/diario-publicacoes/3639>

- O Conselho deliberou sobre solicitações de ampliação de construção privada dentro da poligonal, exigindo visita técnica, laudo geotécnico e aval do IPHAN, evidência de política preventiva antes da existência do Plano de Manejo.
- Discussões sobre doação de dormentes pela Vale S.A. para cercamento parcial avançam, mas dependem de compatibilização com pesquisas arqueológicas em curso.²⁹
- Revisão do Plano Diretor de Ouro Preto (2023-2025) ganhou sessão sobre paisagem cultural; COMPURB tratou do tema em 30 jan 2025, alinhando diretrizes urbanas ao parque.³⁰
- IPHAN lançou em fev 2025 edital do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, com bolsas e vagas destinadas a servidores e pesquisadores que atuam em sítios arqueológicos – oportunidade direta para a equipe do Morro da Queimada.³¹

O que essas medidas significam na prática

- **Maior legitimidade e participação social.**
A recomposição do COMAMQ, agora com assentos do IPHAN e da Câmara Municipal, fortalece a representação de diferentes atores e cria fluxo mais ágil de decisões sobre licenciamento, pesquisa e uso público.
- **Bases técnicas para investimentos**
Sem Plano de Manejo, qualquer obra ou concessão precisa passar por decisões caso a caso. A conclusão do plano (prevista para 2026, se o financiamento sair ainda este ano) vai:
 - definir zonas de visitação e pesquisa;
 - estabelecer trilhas oficializadas;
 - indicar medidas de conservação preventiva das ruínas;

²⁹ <https://www.ouropreto.mg.gov.br/transparencia/diario-publicacoes/3639>

³⁰ <https://www.ouropreto.mg.gov.br/transparencia/diario-publicacoes/3624>

³¹ <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-lanca-edital-2025-do-mestrado-profissional-para-ampla-concorrencia?>

- criar parâmetros de acessibilidade e uso turístico sustentável.

Integração com políticas urbanas de Ouro Preto

A revisão do Plano Diretor traz o conceito de paisagem cultural e prevê mecanismos de proteção de vistas panorâmicas, controle de gabarito e incentivos fiscais para quem preserva. Isso reduz pressões de adensamento no entorno imediato do parque.

- **Segurança patrimonial e ambiental:** O cercamento parcial – ainda em fase de ajustes – busca coibir vandalismo, descarte irregular de resíduos e ocupações irregulares, problema recorrente apontado pelo Ministério Público desde 2015. A exigência de acompanhamento arqueológico garante que novas intervenções não destruam vestígios coloniais enterrados.
- **Formação de quadros:** A abertura do mestrado do IPHAN em 2025 amplia a chance de qualificar servidores municipais e pesquisadores locais, fomentando pesquisas de arqueologia pública, gestão compartilhada e turismo de base comunitária.

Parte das medidas apresentadas foram elaboradas durante uma reunião ordinária do Conselho Consultivo do Monumento Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada e refletem a participação ativa de diversos atores, como representantes do poder público, professores da Universidade Federal de Ouro Preto, órgãos de preservação patrimonial como o ICOMOS, além dos moradores dos bairros do entorno. Esse conjunto de ações recentes é fundamental para integrar a realidade da comunidade às perspectivas institucionais e legislativas voltadas ao território, garantindo que suas demandas sejam consideradas nos processos de decisão.

Como já evidenciado anteriormente na pesquisa, os bairros localizados nos morros de Ouro Preto enfrentam deficiências significativas em áreas como saúde, educação, saneamento e infraestrutura urbana, estando em situação desigual em relação aos bairros situados em zonas de turismo intensificado, frequentemente classificados como históricos ou adjacentes.

Nesse contexto, embora as medidas em torno do parque sejam, do ponto de vista institucional, impulsionadas por interesses turísticos e patrimoniais, elas implicam diretamente na necessidade de investimentos em infraestrutura pública para a cidade e, sobretudo, para a comunidade local. Afinal, é praticamente inviável a implementação de um plano diretor ou o desenvolvimento efetivo do parque como espaço de visitação e turismo sem a realização de melhorias estruturais nos bairros vizinhos, que ainda lutam por condições urbanas e sociais básicas.

As tensões presentes na formulação desses debates decorrem, em grande parte, das narrativas historicamente priorizadas pelo poder público, tanto em termos simbólicos quanto geográficos. Os bairros que, ao longo do tempo, não foram reconhecidos como áreas históricas ou turísticas continuam a sofrer os efeitos desse “esquecimento”, sendo sistematicamente negligenciados nas políticas públicas e nos investimentos urbanos. Essa exclusão reforça desigualdades territoriais e sociais, aprofundando a sensação de marginalização vivida pelas comunidades que ali residem, mesmo quando localizadas em áreas de significativo valor cultural e histórico, como é o caso do entorno do Morro da Queimada.

Todos esses atravessamentos se estendem também na dinâmica do circuito cultural, portanto, nas abordagens sobre a memória das comunidades. Pois, o acesso dos moradores a questões de primeira demanda como mobilidade, saúde e lazer já são afetados; portanto, o circuito cultural se torna uma complexidade ainda mais latente, considerando os apontamentos da entrevistada.

É notório que, a partir dos movimentos socioculturais e da adoção de novas práticas patrimoniais, o poder público e as políticas públicas passaram a ser pressionados a agir em resposta às demandas de grupos e regiões historicamente marginalizadas. No entanto, o caminho para que essas ações se traduzam em melhorias concretas e duradouras na vida cotidiana dos moradores ainda é longo. Defender Ouro Preto como patrimônio mundial é, sem dúvida, um discurso legítimo e necessário, mas esse reconhecimento só se tornará plenamente significativo se os habitantes da cidade forem, de fato, incluídos de maneira eficiente nas práticas de preservação e nas vantagens sociais, econômicas e culturais decorrentes desse status. É preciso garantir que o patrimônio não seja apenas contemplado à distância,

mas vivido, compartilhado e usufruído também por quem o mantém vivo diariamente.

4.3 Turismo: Cenário econômico e disputas narrativas

Ouro Preto é destino notável quando tratamos de roteiro histórico, a cidade recebe cerca de 500 mil visitantes por ano.³² O Museu da Inconfidência, antiga Casa de Câmara e Cadeia da antiga Vila Rica, é um dos museus mais visitados no Brasil, o que pode ser comprovado com os registros de 198.915 visitantes em 2022.³³ Quando apresentamos estes dados, consideramos que o fluxo de visitantes e circuitos turísticos, se concentram no centro histórico e do chamado “caminho tronco”³⁴. Os recortes conduzidos através da prática econômica da memória turística, considera determinadas narrativas, inseridas ao público visitante um cenário nostálgico, eurocêntrico, reelaborando um ideal de nação, pautado no barroco e na inconfidência mineira.

Porém, quando apresentamos espaços como o PNMAMQ e algumas galerias de antigas minas, é possível interpretar que estes espaços se situam como um espaço periférico, como espaços sociais que possuem distâncias físicas e simbólicas do núcleo mais valorizado. Durante séculos a narrativa econômica turística se deu através do barroco, das construções das igrejas, do ouro e na figura de Tiradentes. As comunidades negras e demais povos foram invisibilizados e alocados como mão de obra escrava. Mas, essa abordagem tem sofrido ressignificações, as mudanças de paradigma epistemológicos, corroboram na reconstrução dessas abordagens.

O circuito de turismo afro centrado e das comunidades da Serra de Ouro Preto, tem se tornado um movimento fortalecido na cidade, que vem crescendo e sendo estimulado. Parte desse movimento se constitui através de moradores nascidos em Ouro Preto, e que se debruçam a pesquisar, extroverter e reconstituir essa história apagada. Essas dinâmicas das relações possuem camadas que

³²<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/ouro-preto-lucra-com-eventos-e-recebe-500-mil-turistas-por-ano/2687672>

³³ <https://www.ouropreto.mg.gov.br/noticia/3147>

³⁴ O principal eixo de criação e expansão da cidade de Ouro Preto - MG, foi o seu caminho-tronco, uma estrada que conecta o atual bairro Cabeças até a capela do Padre Faria. Pode-se afirmar que essa rota fazia parte da Estrada Real já que servia de escoamento do ouro até a região litorânea de Paraty e Rio de Janeiro. É possível conhecer três séculos de história seguindo esse caminho através de importantes monumentos arquitetônicos e lugares cheias de história.<https://www.vivaouropreto.com/caminho-tronco>

permeiam entre os moradores, turistas, pessoas que vão a cidade pro trabalho temporário, os estudantes da universidade vindos de outras localidades. Como apontado por Meneses

A cidade, como outras criações do homem, se realiza em três dimensões: o campo de forças sociais, a representação simbólica e o suporte material, o artefato, onde tudo é plasmado. No caso das cidades, o jogo de interesses e os conflitos, em outras palavras, as práticas cotidianas e o trabalho parecem ter um papel preponderante, determinando os significados sociais e a forma urbana (Meneses, 1992).

Por tanto tantas dimensões se convertem, mas existem conflitos. Boa parte da população se sente excluída das estruturas patrimoniais, e cobram não somente do poder público ações, mas das instituições de memória que ampliem as narrativas. Que seja revista as abordagens principalmente da história negra da cidade. Os debates transcendem a dimensão discursiva, conectando as questões de paisagem, identidade e dos monumentos, assim como, as ruínas do PNMAMQ.

Elaborar sobre as relações entre sujeito, território, paisagem e memória significa reconhecer que esses elementos não são apenas conceitos isolados, mas dimensões profundamente interligadas que constroem o modo como indivíduos e comunidades se situam no mundo. Quando esses vínculos são investigados com profundidade, o processo ultrapassa a esfera acadêmica da pesquisa e passa a atuar como uma ferramenta potente de autoconhecimento e de fortalecimento do pertencimento.

O território deixa de ser apenas um espaço físico e passa a ser compreendido como lugar vivido, carregado de significados, histórias e afetos; a paisagem, por sua vez, torna-se a expressão visível dessas experiências, marcada pelas memórias coletivas e individuais que se inscrevem no espaço. Nesse sentido, o geógrafo Peirce Lewis propõe o que chama de “axioma histórico”

Ao tentar decifrar o significado de paisagens contemporâneas e do que ‘falam’ sobre nós (...), a História nos interessa. Ou seja, fazemos o que fazemos e produzimos o que produzimos, porque nossos fazeres e produtos são herança de nosso passado (...). Grande parte da paisagem comum foi construída por pessoas no passado, cujos gostos, hábitos, tecnologia, opulência e ambição eram diferentes dos nossos. (...) Para compreender estes objetos é necessário entender as pessoas que os construíram — nossos ancestrais culturais — em seu contexto cultural, não no nosso (Lewis, 1979:23).

Em Ouro Preto, a memória possui essa dicotomia, e é aplicada como mercadoria estratégica, mas também campo de disputa simbólica. A chegada do afroturismo rompe o monopólio da narrativa barroco-luso, reposiciona sujeitos históricos antes invisibilizados e tensiona as relações entre poder público, economia, órgãos de patrimônio e universidade. Entender (e intervir em) tais fluxos exige articular teoria crítica do patrimônio com etnografias do trabalho e da experiência turística. E na própria dinâmica e vivência dos moradores, como mais um trecho das entrevistas aplicada em pesquisa em que a moradora cita sobre a ocupação dos espaços públicos e o lazer

“Ah, eu acho, porque o Morro da Queimada tem muita comunidade. Tem muita, né? São muitas famílias. É uma comunidade muito grande. Na verdade é que que tá ali, né? E fora as adjacências, né? Todo o entorno do Morro da Queimada se beneficiaria assim. Seria mais um ponto, né? De apoio. Eh, eu não sei quando você fala de lazer, se é uma pracinha, se é um parque. E se essas academias populares que eles normalmente eles implantam. Mas assim, pra nós aqui da comunidade, isso daí não é exatamente lazer, né? É lazer, é outra história, é outra coisa, né? Eu acho assim lazer, teatro, cinema, né? Lazer é ter um espaço para que a comunidade possa festejar, seja o dia dos Santos, o aniversário de alguma criança. Tem um espaço democrático e popular. Pra que? Para que as pessoas possam usufruir, né? É um espaço bonito, estruturado, né? Eu acho que lazer tem muito mais a ver com isso. E a gente não tem isso na cidade”(entrevista com a moradora do bairro São Sebastião).

Os atravessamentos sociais se dão não somente pelo circuito de memória e identidade, as associações ao patrimônio também são sentidas pela comunidade através do lazer, da circulação pela cidade e as utilizações do espaço urbano. Portanto, quando tratamos dessa mercantilização da memória, ela não se dá apenas na dimensão turística, mas na vida cotidiana dos moradores. Os bairros desconsiderados no circuito patrimonial e turístico, que consequentemente circundam o Parque, sofrem com a limitação de políticas públicas em diversas camadas.

Quanto ao movimento do afroturismo, consideramos como relativamente recente, sendo:

O Afroturismo, vertente do Turismo Cultural, tem ganhado espaço no mercado ao valorar, valorizar e promover roteiros turísticos baseados em bens culturais e memórias afro-brasileiras, inserindo práticas antirracistas na experiência. Seu crescimento no Brasil é impulsionado por dois fatores principais: o aumento do número de viajantes negros - ainda que com poucos dados de referência (Oliveira, 2021) - e a busca por experiências

que conectam os visitantes à cultura e memória afro-brasileiras. Seja por meio de roteiros que trabalham a herança cultural africana ou de iniciativas que fortaleçam comunidades negras, esta modalidade busca ressignificar a participação negra no turismo - passando do papel normalizado de apenas prestadores de serviço para protagonistas enquanto empreendedores e viajantes (Oliveira, 2020).

A reverberação da narrativa afro centrada na memória, também se ancora nos processos de roteiros turísticos. Resignificando não somente o processo histórico e da relevância negra, mas inserindo nos circuitos econômicos da cidade. Considerando que perpassa a dimensão subjetiva, compondo também o âmbito de capital financeiro e de trabalho. Na pesquisa não debatemos moralmente o comércio associado à memória, mesmo porque compreende-se que estes movimentos são orgânicos dentro do sistema capitalista. Nosso debate se insere no cerne de quais discursos são facilmente capitaneados, e quais não.

Castells afirma que um dos perfis de identidade seria a Identidade de resistência: criado por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação (Castells, 1999, p.24). Sob este aspecto a disputa no campo memorial como ferramenta discursiva e econômica, possui um forte apelo, pois os indivíduos que por séculos não foram inseridos nas narrativas oficiais através da resistência identitária abrem seu espaço. Essa identidade se apresenta principalmente na manutenção da memória ativa e das redes de contato dos grupos.

Em uma das entrevistas aplicadas na pesquisa, um integrante da Guarda de Moçambique de Ouro Preto destaca a importância dos encontros com demais guardas do estado de Minas Gerais, como os processos de apresentações públicas, eventos, debates se desdobram em uma potência, onde essas conexões criam mudanças de paradigma e no fortalecimento da identidade negra

“Assim é o intercâmbio de festejo, o intercâmbio cultural para fortalecer ali a sua tradição na sua cidade e para fortalecer a nossa tradição. Então, foi uma forma também que os grupos encontraram de se fortalecer, porque aí quando tem um festejo grande ali na cidade, a cidade começa a falar: ‘‘não, aqui tem um Condado, eles fazem festa tal, tal, tal época.’’ Então isso também começou a quebrar um pouco o preconceito da cidade de Ouro Preto, né?...Hoje o reinado é patrimônio imaterial da cidade. Ele foi registrado no final de 2019, ele foi registrado como patrimônio Imaterial da cidade. Então com isso o município tem ali o dever, né, de manter a festa. Então a gente tem um recurso....Ainda é um valor não tão considerável, mas é um valor que triplicou, né? Do que era antes. Então os grupos têm acesso

a esse valor. A gente conseguiu um recurso para financiar o transporte dos grupos. A gente sabe que não é fácil, mas tem ali os seus caminhos, sabe?”(Entrevista com integrante da Guarda de Moçambique)

A formação e recortes da memória através dos circuitos turísticos e também dos grupos contemporâneos, mesmo aqueles que apresentam similaridades perpassam por constituições únicas, particularidades e dicotomias. Como apresentado por Hall

Revelam relação de poder e discrepâncias internas: as identidades não são unificadas; podem haver contradições no seu interior que precisam ser negociadas construídas no nível coletivo e no nível individual. Utilizo o termo ‘identidade’ para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’(Hall, 2005, p. 111-112).

A seguir apresento algumas ações que conectam os movimentos do presente nos eixos de patrimônio, turismo e comunidade são: Ecomuseu da Serra de Ouro Preto; Circuito geoturístico Serra do Veloso (Mina Du Veloso): Roteiro do Rodeador cultural.

O Ecomuseu da Serra de Ouro Preto nasceu durante os debates comunitários que acompanharam a criação do Parque Estadual do Itacolomi. Construído sobre o princípio da “nova museologia”, ele transforma todo o território, especialmente o Morro da Queimada, Santana, São João e São Sebastião, em espaço museal, articulando ruínas de mineração setecentista, memória afro-descendente e práticas cotidianas da população local.

Desde 2008 conta com a assessoria de Hugues de Varine, ex-diretor do ICOM, na elaboração de um plano de desenvolvimento social; oficinas de artes, oralidade e educação patrimonial são conduzidas a partir do núcleo “Cores, Flores e Sabores” (o Bar da Nida), consolidando uma gestão participativa e afetiva do patrimônio. Nos termos de conservação do Morro e das ruínas é necessário equilibrar esta dicotomia entre extroverter o patrimônio arqueológico e natural, e conscientizar os devidos comportamentos e proteção, sem limitar a experiência do visitante (Nascimento, Guimarães, 2006, p.3). A musealização destes espaços pode

e deve ser feita de maneira conjunta com a comunidade, autoridades, resguardado pelas políticas públicas e ações de infraestrutura e conservação.

Já o Circuito geoturístico Serra do Veloso, articulado em torno da histórica Mina Du Veloso, converge ciência e turismo. Guias especializados conduzem o visitante por cerca de 400 m de galerias escavadas por trabalhadores africanos escravizados no século XVIII, revelando técnicas de escoramento, mundéis e pilares originais. Estudos recentes de geógrafos e geólogos da UFOP propõem um “georroteiro” mais amplo pelo flanco sul do Anticlinal de Mariana, inventariando geossítios de alto valor científico, social e paisagístico e defendendo sua inclusão em programas de geoconservação e renda comunitária.(Queiroz, *et al*, 2020).

Roteiro do Rodeador é uma visita orientada pelo Parque Estadual do Itacolomi, operada em parceria com a produtora educativa Rodeador Cultural. O trajeto, cerca de cinco horas, nível médio de trilha, combina passagens por mirantes naturais (Morro São Sebastião, Mirante do Custódio) com capelas setecentistas e trechos de mata atlântica. Guias interpretam tanto a geodiversidade (quartzitos Itacolomi, itabiritos) quanto camadas de ocupação afro-luso-indígena, utilizando recursos imersivos (tour 360°, rodas de conversa, performances poéticas) para ativar a paisagem como “sala de aula a céu aberto”.³⁵

Os três projetos articulam diferentes escalas de interpretação, da ruína ao afloramento, do saber ancestral à leitura científica. Reforçando a salvaguarda integrada do patrimônio natural e cultural de Ouro Preto. Abordagens distintas que abrangem as diferentes narrativas e perfis, associados às narrativas da cidade e da Serra de Ouro Preto. Assim como também o projeto Palma Preta, apresentado anteriormente, que associa o circuito turístico com pesquisa, com memória e a formação de um coletivo que a partir de suas demandas acadêmicas, desdobraram-se na ideia de criar um roteiro afrocentrado. A universidade também compõe esse lugar de reflexão, produção cultural e recortes. Abordo a seguir.

³⁵ <https://www.vivaouropreto.com/geoturouropreto>

4.4 Universidade: Pesquisa, extensão e seleção da memória

Os debates teóricos em torno da memória e do patrimônio, historicamente são concentrados nas universidades e entre intelectuais, porém nas últimas décadas, tem se expandido para outros espaços sociais, refletindo transformações importantes no modo como essas temáticas são apropriadas e discutidas. Essa ampliação se deve, em grande parte, às mudanças ocorridas nos campos da antropologia e da sociologia, que passaram a valorizar mais intensamente o saber situado, a escuta das vozes subalternizadas e a produção de conhecimento a partir das experiências concretas dos sujeitos.

Ademais, fatores como o maior acesso ao ensino superior, a difusão das tecnologias de informação e comunicação, e o fortalecimento dos movimentos sociais contribuíram significativamente para descentralizar a produção intelectual, permitindo que outros atores, como comunidades locais, coletivos culturais, ativistas e lideranças populares, também produzam, articulem e discutam as narrativas sobre memória e patrimônio.

Os movimentos sociais, em especial, têm desempenhado um papel central ao fazerem a ponte entre o discurso acadêmico e as demandas concretas das ruas, transformando conceitos em práticas e disputando o direito à memória como uma ferramenta de reconhecimento, justiça social e transformação dos territórios. Essa mudança aponta para um cenário mais democrático e plural na construção do conhecimento, onde as vivências e os saberes diversos ganham legitimidade e potência.

No contexto do Parque e da cidade de Ouro Preto – MG, observamos a presença de ações integradas entre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a comunidade, especialmente por meio de projetos de extensão, pesquisa e iniciativas de difusão do conhecimento que ultrapassam os limites físicos da academia. Essas ações indicam um esforço consciente de incluir o território e seus moradores como parte das prioridades institucionais da universidade, fortalecendo a ideia de que o conhecimento produzido deve estar em diálogo com a realidade local. Nesse sentido, reafirma-se o papel social que uma instituição de ensino superior

deve exercer no território que ocupa, não apenas como produtora de saberes, mas como agente ativo de transformação e escuta.

A pesquisa em questão exemplifica como iniciativas surgidas ainda na graduação podem gerar desdobramentos de longo prazo, tanto em termos acadêmicos quanto em sua capacidade de estabelecer conexões reais com a comunidade e o espaço em que se desenvolvem. Do mesmo modo, projetos como o Palma Preta, Mina Du Veloso e o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto demonstram a potência do protagonismo local, reunindo integrantes nascidos e criados nos morros da cidade, que conhecem profundamente as demandas, os conflitos e as disputas narrativas que atravessam o cotidiano de Ouro Preto. Esses sujeitos não apenas vivenciam a cidade, mas também participam ativamente da construção de novas narrativas e estratégias de valorização do território, reafirmando o direito à memória, à presença e à voz nas decisões que moldam seu próprio lugar.

Os aspectos que discutimos até aqui também atravessam uma importante dimensão de disputa: a seleção da memória. Assim como os diversos atores que compõem o território (moradores, movimentos sociais, poder público, a religião, instituições e pesquisadores), o espaço acadêmico também carrega em sua trajetória tensões, suas práticas e abordagens problemáticas que ainda hoje exigem contrapontos e revisões críticas.

Por muito tempo, as pesquisas acadêmicas e as instituições vinculadas à guarda e difusão da memória (como os museus universitários da cidade de Ouro Preto), muitas vezes associadas à universidade, produziram narrativas dominantes sustentadas por um viés colonizador e eurocêntrico. Isso não significa que temas e sujeitos historicamente marginalizados tenham sido totalmente ignorados, mas sim que suas histórias e experiências raramente foram incorporadas de forma plena, legítima e igualitária às narrativas oficiais, aos acervos dos museus e às ações institucionais voltadas à comunidade.

A predominância de uma memória seletiva, que privilegia determinados marcos e silencia outros, reforça desigualdades simbólicas e epistemológicas que ainda estruturam os modos de pensar, ensinar e preservar o patrimônio. Superar essa lógica implica reconhecer essas exclusões históricas, ampliar os repertórios de

memória e abrir espaço para a pluralidade de vozes e experiências que formam, de fato, o tecido social e cultural do território.

Visualizamos, no contexto da universidade inserida no território de Ouro Preto, caminhos e abordagens que podem ser consideradas, de certa forma, positivas, especialmente quando observamos a aproximação crescente entre a produção acadêmica e as realidades vividas pela comunidade local. Muitas das ações apresentadas ao longo da pesquisa foram idealizadas e executadas por pessoas que não apenas estudam a cidade, mas vivem nela, conhecem seus desafios e atuam diretamente em seus espaços cotidianos.

Essas ações de alguma maneira, perpassam pela Universidade em sua elaboração, parceria, qualificação de profissionais e estudos acerca do território. Em grande parte das abordagens teóricas e metodológicas dos projetos, se desmembraram em parcerias com a instituição universitária. Atualmente, a plataforma da Pró-reitoria de Extensão e Cultura aponta cerca de 56 projetos de extensão ativos. A Extensão Universitária, alicerçada na indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa, tem como objetivo promover um processo educativo, cultural e científico, em articulação com a comunidade externa, contando com sua participação, de modo a assegurar relações transformadoras entre a Universidade e a sociedade.³⁶

É fundamental que essas articulações com a comunidade sejam genuínas e horizontais, considerando que toda instituição que atua em determinado território deve compreender as múltiplas camadas que atravessam a realidade da população local. Os projetos de extensão, pesquisa e de fruição desenvolvidos pela instituição precisam respeitar a comunidade e atender às suas demandas, reconhecendo que as pessoas ali presentes não são objetos de laboratório nem meros dados científicos, mas sujeitos com histórias, necessidades sociais e complexidades humanas que devem ser levadas em conta pelas instituições que pesquisam e atuam no território.

Portanto, quando a comunidade tem acesso a esses espaços e participa ativamente da construção dos debates, das pesquisas e da formulação das demandas genuínas do território, as ações desenvolvidas tornam-se mais legítimas

³⁶ <https://proex.ufop.br/extensao/coordenadoria-de-extensao/extensao-na-ufop>

e eficazes. Esse engajamento possibilita que os projetos sejam concebidos de acordo com as reais necessidades e expectativas da população local, promovendo transformações mais consistentes e duradouras. Além disso, a participação comunitária fortalece a relação de confiança entre a instituição e os moradores, favorecendo processos colaborativos e garantindo que os resultados obtidos repercutam de maneira concreta na vida das pessoas e na dinâmica social do território.

Discussões sobre memória, patrimônio, discursos dominantes e demandas de infraestrutura urbana passaram a ser conduzidas por sujeitos que carregam em si as marcas do território, suas famílias, contextos sociais, comunidades e coletivos, tornando o conhecimento mais situado, legítimo e conectado às necessidades reais da população. Esses avanços representam frutos significativos de uma produção intelectual que se desloca da lógica hierárquica e distante, abrindo espaço para novas perspectivas, construídas a partir do protagonismo de quem historicamente teve suas vozes silenciadas.

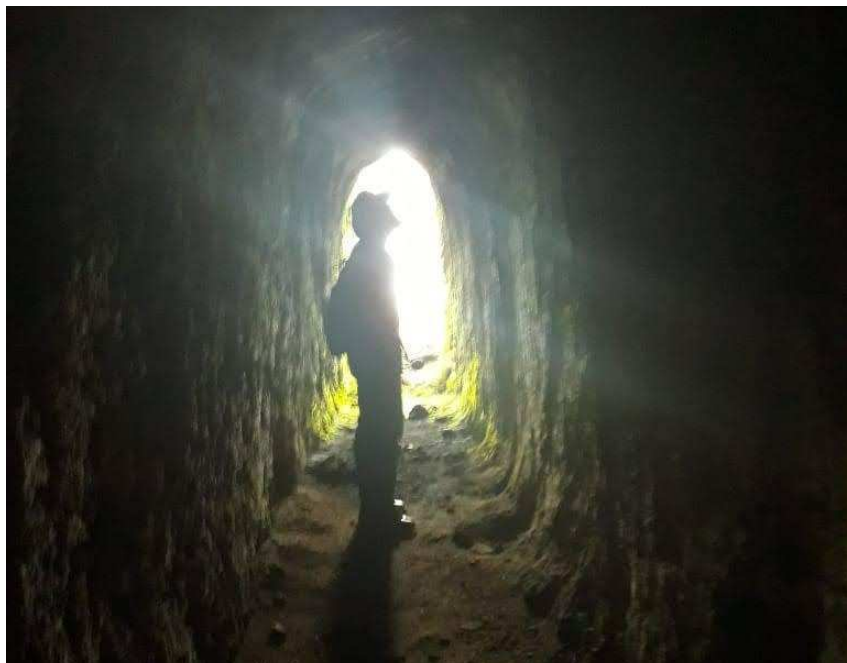
É nesse movimento de ocupação e reivindicação do espaço acadêmico por parte desses sujeitos que se tornam possíveis novas formas de pensar e agir sobre o território, apontando para um horizonte mais democrático e plural na construção do conhecimento e das práticas institucionais.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central investigar se, e de que maneira, os moradores da Serra de Ouro Preto estabelecem vínculos de memória, identidade e pertencimento com o território do Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada (PNMAMQ). Os dados empíricos revelaram uma pluralidade de sujeitos e coletivos que habitam e atuam sobre o território, produzindo sentidos diversos em torno da memória e do patrimônio. Como aponta Halbwachs (1990), a memória coletiva é sempre socialmente construída, sendo influenciada pelas estruturas e relações que moldam os grupos. Nesse sentido, os moradores entrevistados expressam compreensões ora convergentes, ora conflitantes sobre o parque e sua função simbólica e prática.

“O Morro da Queimada ainda não vingou como projeto. Está num ponto estratégico, mas falta estrutura, falta a comunidade abraçar também. É como se ainda não fosse de ninguém” (Entrevista com integrante do rodeador Cultural).

Figura 17: Galeria de mina remanescente do século XVIII, localizada no PNMAMQ.



Fonte: Registro da autora, 2019.

A pesquisa também evidenciou as matrizes socioculturais que perpassam a cidade, como o congado, os ofícios tradicionais e a religiosidade popular, revelando a presença de formas de resistência cultural. Tais práticas, muitas vezes marginalizadas nos discursos institucionais, reafirmam os modos de viver e significar o território a partir da experiência comunitária. Assim, estes grupos e pessoas, tornam vividas as narrativas do Morro da Queimada e de comunidades negras escravizadas, enquanto grupos de resistência cultural.

A análise histórica revelou que o território de Ouro Preto passou por sucessivos ciclos de ocupação, exploração e abandono desde o período colonial. A economia mineradora, o esgotamento das jazidas, a centralidade da cultura barroca e os sucessivos deslocamentos populacionais contribuíram para a constituição de uma identidade local marcada por rupturas e resistências. Esses elementos se expressam nas ruínas, nos modos de habitar a serra e nos discursos da comunidade, sendo fundamentais para a compreensão da memória social e da configuração espacial atual.

A delimitação do escopo empírico e das abordagens metodológicas foi, por vezes, desafiadora, dada a densidade histórica do território. A metáfora das "camadas sobrepostas" se mostrou útil para representar os múltiplos tempos e silenciamentos que marcam o Morro da Queimada. Vimos grupos e pessoas que tomam posse dos discursos de pertencimento desses espaços e das narrativas, mas existem contrapontos da comunidade que sente-se não pertencente.

Durante o trabalho de campo, a escuta ativa e a imersão nas vivências cotidianas da comunidade possibilitaram desconstruir mitos sobre o processo de ocupação e evidenciar a presença de conflitos concretos, ambientais, sociais e identitários, que ainda hoje atravessam a paisagem local.

Observou-se que o PNMAMQ é vivenciado simultaneamente como lugar de memória, de abandono, de resistência e de possibilidade, com usos que vão da reivindicação por políticas públicas à sua apropriação como território de significação e produção cultural. Vemos então, os múltiplos perfis que habitam, transitam e atuam no território. Levantando suas dúvidas, atuando e criando memórias. Memórias essas que são tão válidas quanto as narrativas do passado histórico.

Memórias que compõem a possibilidade de existência e de pertencimento. O agora também é memória.

O mapeamento das conexões entre os bairros (como Morro São João, Morro Santana, São Cristóvão, entre outros) e o PNAMQ evidenciou a diversidade de relações com o espaço. Para alguns grupos, o parque pode ser próximo geograficamente, mas distante do cotidiano; para outros, representa um lugar de memórias e práticas ancestrais.

As narrativas orais e práticas culturais evidenciam uma memória coletiva resistente, articulada a manifestações como o Congado, o saber dos antigos pedreiros e os festejos religiosos. As ações de grupos como o Palma Preta apontam para iniciativas afro centradas que reconstroem narrativas contra-hegemônicas, valorizando os saberes locais e tensionando as formas tradicionais de patrimonialização. Através de exposições, roteiros e mediações, essas ações buscam ressignificar o território a partir das vozes silenciadas pela historiografia oficial, revelando modos de resistência simbólica e estratégias de reapropriação cultural.

Em síntese, a pesquisa evidencia que a memória e o patrimônio no PNAMQ são campos vivos de disputas, negociações e afetividades. Ao dar centralidade às narrativas comunitárias e aos sujeitos locais, o estudo aponta para a urgência de políticas patrimoniais mais participativas e culturalmente sensíveis, que reconheçam os diferentes modos de pertencimento e as territorialidades que se entrelaçam na Serra de Ouro Preto.

Assim também compreendemos a tessitura das comunidades, entrelaçadas por infinitos fios de sentidos práticos e subjetivos. Em nossa travessia de pesquisa, evocamos o símbolo Adinkra do pássaro Sankofa — “voltar e buscar” — guardião da memória entre os povos Akan da África Ocidental. Diz o provérbio: *“Se wo were fi na wosan kofa a yenki”*, ou seja, “não é tabu voltar atrás e resgatar o que foi esquecido”.³⁷ Esse pássaro mítico, que voa adiante com os olhos voltados ao passado e o futuro delicadamente abrigado em seu bico — um ovo —, inspira-nos a crer que, quando caminhamos juntos, somos capazes de lançar luz sobre histórias

³⁷ <https://www.revistas.usp.br/sankofa/about>

silenciadas, afirmando, no agora, sentidos plurais e inaugurando novas possibilidades de porvir.

O debate em torno do Parque Morro da Queimada revela a necessidade urgente de reconhecer e articular as múltiplas dimensões do território, cultural, social, política, econômica e ambiental. É preciso superar a lógica de patrimonialização verticalizada para construir um modelo de gestão compartilhada e horizontal, que respeite os saberes locais, valorize a diversidade de usos e inclua a comunidade como protagonista, e não apenas como espectadora. Os diferentes grupos e atores sociais destacados ao longo do trabalho revelam que a memória e o patrimônio são vivenciados e interpretados de maneiras diversas, conforme suas trajetórias, vínculos e experiências no território. Esses grupos, ainda que distintos, se configuram como agentes complementares que, em sua convivência orgânica, alternam entre aproximações, conflitos e diálogos.

Compreender as construções sociais, simbólicas, afetivas e políticas dos sujeitos que habitam a Serra de Ouro Preto em relação ao PNMMQ se apresenta, portanto, como um caminho potente para ressignificar ações e marcas do passado, promover práticas de justiça territorial no presente e contribuir para a imaginação de futuros mais plurais, inclusivos e enraizados nas vivências comunitárias.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. "Futuros imaginados: O Gesto Patrimonial e o conceito de "diversidade cultural", In: ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de. Futuros imaginados: o gesto patrimonial e o conceito de "diversidade cultural". In: *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 55, p. 250-270, 2020.

ABREU, Regina. **Museus, memórias e patrimônios: entre o nacional e o local**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

ABREU, Regina. Museu, memória e poder: o campo do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

AHU/PR/BN – MS 544 (R.84) doc. 58 Apud: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822**. Niterói, 2001. Tese de Doutorado. Departamento de história – UFF, p. 53

Alves, Rubem. **A educação dos sentidos: conversas sobre a aprendizagem e a vida** / Rubem Alves. - São Paulo : Planeta do Brasil, 2018.

ANASTASIA, Carla Maria J. **Vassalos Rebeldes. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

ARCURI, M.; RODRIGUES COSTA, J. Repensando as velhas práticas: transversalidade e os papéis da Arqueologia e Museologia na preservação do patrimônio do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada – Ouro Preto, MG. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 124–145, 2020. DOI: 10.24885/sab.v33i3.871. Disponível em <https://www.revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/871>. Acesso em: 25/10/2024

BEDIM, Bruno P. ; CORTEZAO, B. G. ; BATISTA, D.A. ; PONTELO, M.L.A. . **Análise do Projeto de Implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada ? Ouro Preto (MG)**. In: VI SEMINTUR - Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (ISSN 1806-0447), 2010, Caxias do Sul (RS). Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (UCS) (Cessou em 2007). Caxias do Sul: UCS, 2010. v. 6. p. 1-16.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOXER, C. R. **Relações raciais no império colonial português 1417-1825**. 2ª edição. Porto: Afrontamento, 1988.

BUENO, Fernanda Alves de Brito. **A paisagem de Ouro Preto como espacialização no tempo: A experiência e a vivência do Morro da Queimada**. Belo Horizonte - 2019. 2v. : il.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Traduzido por: Maria Leticia M. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.

CASTELLS, Manuel.(1999b), **O Poder da Identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – USP, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2022.

CHAGAS, Mário. *Território, museus e sociedade*. Brasília: Ibram, 2009. Disponível em: [IberMuseus](#). Acesso em: 15/05/25

CHAGAS, Mário de Souza. **Museu, memória e poder: fragmentos de uma teoria museológica**. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 2015.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Lucia Machado. São Paulo: Studio Nobel; Editora da UNESP; **Fundação Editora da UNESP**, 2001.

DOMINGUES, Joelza Ester. Blog Ensinar História. "**Lavagem do Minério de Ouro de Johann Moritz Rugendas**". Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/mineracao-sob-olhar-de-rugendas>. Acesso em jun. 30, 2024.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FERREIRA, Eduardo Evangelista. **Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto-MG: registro, análise e proposição de circuitos geoturísticos interpretativos**. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Evolução Crustal e Recursos Naturais) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

FERREIRA, Luciana Heymann. **Políticas de memória: patrimônio e participação social**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ / IPHAN, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres; CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. Brasília: UNESCO; Educarte, 2008.

FONSECA, Rodolfo Nazareth Junqueira. **A biografia de um patrimônio cultural: entre a rememoração, o apagamento e a potência das ruínas estudo de caso de um sítio arqueológico na cidade de Ouro Preto (MG)**. 2024. 268 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

GNECCO, C. **Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad**. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, n.1, v. 4. Ciências Humanas, Belém, p. 15-26, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

Guimarães, C. M. (1996). “Mineração colonial e arqueologia: potencialidades”. **Revista de Arqueologia**, 9(1), pp. 55–64.

GUIMARÃES, Carlos Magno; NASCIMENTO, Évelin L. M.. De sítio arqueológico a espaço musealizado: possibilidades e limites para a arqueologia mineira colonial. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 38, p. 25-44, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

LAW, Robin. “Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo ‘mina’”. *Tempo*, UFF, Niterói, vol. 10, n. 20, jan-jun/2006

LEMONS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: **Brasiliense**, 1987.

LEWIS, Peirce. Axioms for Reading the Landscape. In: MEINIG, D. W. (ed.). *The Interpretation of Ordinary Landscapes: Geographical Essays*. Oxford: Oxford University Press, 1979, pp. 11-32.

Lima, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial** / Alessandra Rodrigues Lima – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória: o Reinado do Rosário e a reinvenção do ritual**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.

MATTOS, Yara. **Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: um museu em processo**, publicado no Jornal Informativo do Fórum de Museus de Ouro Preto, MG, ano 1, nº1, 1º semestre de 2006, p.5-6.

MBEMBE, A. Crítica da razão negra. Lisboa: **Antígona**, 2014a.

MEIRELES, C. **Romanceiro da Inconfidência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, cativa da memória?: Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 34, p. 9-23, 1992. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Meneses_UTB_42_849013_AHistoriaCativaDaMemoriaParaUmMapeamentoDaMemoria.pdf. Acesso em: 05/05/25

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NASCIMENTO, Beatriz. *O conceito de quilombo e a resistência cultural negra*. **Revista Afro-Ásia**, n. 14, p. 87–98, 1985.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro e o espaço público: ensaios, artigos e entrevistas**. Organização Alex Ratts. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

NORA, Pierre (Org.). **Les lieux de mémoire: La République**. Paris: Gallimard, 1984. v. 1.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. [Tradução do original francês de 1984]

OLIVEIRA, Maria Amalia Silva Alves de. 'A Biografia cultural das coisas': aporte metodológico para o estudo do Turismo. RESGATE - **Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. XXIII, p. 29-42, 2015.

OLIVEIRA, Rosângela Paulino de. Os ritos de morte nas congadas belo-horizontinas. **Revista Nures**, São Paulo, v. 16, p. 1-10, 2012. Disponível em: <https://www.pucsp.br/revistanures/revista16/RosangelaOliveira.pdf>. Acesso em: 05/02/25

OLIVEIRA, N. A de. **Afroempreender em turismo no Brasil: discussões iniciais**. IN: MENEZES, P. D. L, BRAMBILLA, Adriana e SOARES, A. L. V (org.). Perspectivas da Gestão em Turismo e Hotelaria. 2020. João Pessoa: Editora do CCTA, p. 397-433, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344793949_Afroempreender_em_turismo_no_Brasi_l_discussoes_iniciais. Acesso em: 10/05/25

OLIVEIRA, N. A de. Precisamos falar sobre racismo no turismo. RITUR - **Revista Iberoamericana de Turismo**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 267–280, 2021.

OLIVEIRA, L. D.; SOBREIRA, F. G. Crescimento urbano de Ouro Preto-MG entre 1950 e 2004 e atuais tendências. **Revista Brasileira de Cartografia**, [S.l.], v. 67, n. 4, p. 867–876, 2015. DOI: 10.14393/rbcv67n4-49114. Acesso em: 25/10/23.

PAULA, Filipe de Oliveira. **Pobreza Multidimensional na microrregião de Ouro Preto e município de Ouro Branco - Minas Gerais**. 2019. 58 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum – comunidade, mídia e globalismo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e cultura: o território do imaginário**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2003.

Queiroz, Y. S.; Santos, E. A.; Madeira, M. R.; Nardy, B. C.; Guirra, A. P. M.; Freitas, R. D. A.; Assis, V. S. R.; Costa, A. T.; Castro, P. T. A. (2020). **Estudo do potencial geoturístico do patrimônio mineiro da Serra de Ouro Preto, sudeste do Quadrilátero Ferrífero, MG**. Geonomos, 28 : 75 - 87.

RANGEL, Ana Paula dos Santos. Aspectos da demografia escrava em Vila Rica – 1755-1815. Laboratório de História Econômica e Social. **Anais do I colóquio do LAHES**. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.

REIS, Flávia Maria da Mata. **Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762)**. 2007. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstreams/62c9155a-94a0-4f18-8a6d-059e77cb9f29/download>. Acesso em: 13 out. 2025.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Comunidade e memória nos processos de patrimonialização. **Revista Brasileira do Patrimônio Cultural**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 11-24, 2005.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Martins / USP, 1972.

RÚSSIO, Waldisa. **A interdisciplinaridade em Museologia**. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, v. 1, 2010. p. 126.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão : a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII**. 2. ed. São Paulo : Ed. Nacional, 1978.

SCIFONI, S. **Os diferentes significados do patrimônio natural**. Diálogos (Maringá) , v. 10, p. 55/3-78, 2006.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Gente negra na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2019.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. London: Routledge, 2006.

Stuart Schwartz, **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TANAKA, Béatrice **A história de Chico Rei / Béatrice Tanaka; ilustrações da autora**. — 2. ed. — São Paulo: Edições SM, 2015.

UNGHERI, B. O.; MEDINA, A. C. R.; PEREIRA, B. de A. Mapeamento dos Espaços e Equipamentos Públicos de Lazer e Esporte disponíveis em Ouro Preto (MG) e seus distritos. LICERE - **Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 20–46, 2022. DOI: 10.35699/2447-6218.2022.41622. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/41622>. Acesso em: 16 de jul, 2025.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 256 p. ISBN 978-85-64713-03-1. acesso em: 11/06/25

VARINE. Hugues. **O museu comunitário como processo continuado**. Cadernos do CEOM, v. 27 n. 41: Museologia Social. 2014.

7 - ANEXOS

PARECER FINAL CEP - PLATAFORMA BRASIL: APROVADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESTUDO AFETIVO E MEMÓRIA ASSOCIADOS ÀS ANTIGAS ESTRUTURAS DE MINERAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL ARQUEOLÓGICO MORRO DA QUEIMADA

Pesquisador: MONIC BRAZ NOGUEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 83379624.2.0000.5285

Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação em Memória Social

Patrocinador Principal: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.378.324

Apresentação do Projeto:

O estudo tem como objetivo identificar as conexões de memória, identidade e pertencimento dos moradores da Serra de Ouro Preto com o Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada, localizados no município de Ouro Preto - MG. Utilizando a metodologia de etnografia, realizada ao longo de anos de contato com a comunidade local, a pesquisa emprega através da coleta de dados, observação e entrevistas, meios para preencher as lacunas ainda presentes sobre o tema. A contribuição do estudo reside na investigação do processo de formação de identidade e memória desses moradores, focalizando a percepção da comunidade em relação ao território em questão. A pesquisa visa verificar como as comunidades locais mantêm conexões afetivas com o Parque e sua história, traçando redes que ligam memórias subjetivas à construção das comunidades contemporâneas. Na análise da pesquisa documental, é importante o acesso aos registros considerando não apenas os textos teóricos, mas documentos como testamentos, registros de óbitos, batizados, casamento, diários, iconografia, fotografia, entre outros. A pesquisa, utilizará a metodologia qualitativa, que consiste em uma ferramenta do campo antropológico na investigação etnográfica. A estrutura de pesquisa qualitativa será realizada também através de entrevistas a serem aplicadas na próxima etapa da pesquisa. As entrevistas serão aplicadas nas atividades de campo realizadas

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7796

E-mail: cep@unirio.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



Continuação do Parecer: 7.378.324

na cidade de Ouro Preto - MG, tanto com pessoas que vivem nos bairros em torno do parque, quanto lideranças, grupos religiosos e demais pesquisadores.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar a existência e/ou quais conexões de memória, identidade e pertencimento que os moradores da serra de Ouro Preto possuem com o território do Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada.

Objetivo Secundário:

Analisar os processos de formação histórica, considerando os momentos de crise, abandono e ocupações do território. E a questão identitária da comunidade de Ouro Preto.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Esta pesquisa apresenta riscos mínimos ao participante. Não existe o risco de constrangimento e desconforto no anexo da entrevista a dissertação de pesquisa, no entanto, caso isso venha a acontecer, o participante tem o direito a se abster das atividades, sem nenhum prejuízo para si. Solicito sua autorização para gravação em áudio da entrevista e transcrição posteriormente. A transcrição das gravações será realizada pela pesquisadora, que se mantenha a mais fidedigna possível. As gravações de áudio são para fins de registro. documento no Anexo A do projeto.

Benefícios:

À pesquisa se mostra importantes na análise do processo de formação de identidade e memória dos participantes, focalizando a percepção da comunidade em relação ao território em questão. A contribuição da pesquisa junto a comunidade e ao território do Parque se mostra principalmente na possibilidade de gerar diálogo entre os diversos grupos que ocupam e permeiam o território, no que tange políticas públicas, infraestrutura dos bairros perspectivas de projetos a serem executados no território, gerando maiores possibilidades para os moradores, na proteção do patrimônio arqueológico e da memória coletiva. Possibilitando que os processos históricos e narrativas plurais sejam inclusas no debate patrimonial.

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7796

E-mail: cep@unirio.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO**



Continuação do Parecer: 7.378.324

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta:

- Folha de rosto: Assinada pela pesquisadora proponente e pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO.
- TCLE: Apresenta TCLE.
- Instrumento de coleta de dados: Será disponibilizado aos voluntários da pesquisa um formulário elaborado pelos pesquisadores.
- Cronograma: Apresenta cronograma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) Pesquisador(a),

Inserir os relatórios parcial(is) (a cada 6 meses) e final da pesquisa na Plataforma Brasil por meio de Notificação.

Consulte o site do CEP UNIRIO (www.unirio.br/cep) para identificar materiais e informações que podem ser úteis, tais como:

- a) Modelos de relatórios e como submetê-los (sub abas "Relatórios" e "Notificações" e aba "Materiais de apoio e tutoriais");
- b) Situações que podem ocorrer após aprovação do projeto (mudança de cronograma e da equipe de pesquisa, alterações do protocolo pesquisa; observação de efeitos adversos, ...) e a forma de comunicação ao CEP (aba "Tramitação após aprovação do projeto" e suas sub abas).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2417636.pdf	12/12/2024 13:23:55		Aceito
Parecer Anterior	pareceranterior.pdf	12/12/2024 13:19:45	MONIC BRAZ NOGUEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	projeto.pdf	12/12/2024 13:19:18	MONIC BRAZ NOGUEIRA	Aceito

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7796

E-mail: cep@unirio.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



Continuação do Parecer: 7.378.324

Investigador	projeto.pdf	12/12/2024 13:19:18	MONIC BRAZ NOGUEIRA	Aceito
Brochura Pesquisa	brochura.pdf	12/12/2024 13:17:59	MONIC BRAZ NOGUEIRA	Aceito
Outros	Cartaatendimentopendencia.pdf	12/12/2024 13:17:10	MONIC BRAZ NOGUEIRA	Aceito
Outros	TermoDeAnuencia.pdf	12/12/2024 13:16:45	MONIC BRAZ NOGUEIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	12/12/2024 13:16:25	MONIC BRAZ NOGUEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/12/2024 13:16:09	MONIC BRAZ NOGUEIRA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDerosto.pdf	12/12/2024 12:05:31	MONIC BRAZ NOGUEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 13 de Fevereiro de 2025

Assinado por:
Luciana Silva Ferreira
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
Bairro: Urca **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2542-7796 **E-mail:** cep@unirio.br

Página 04 de 04

³⁸ Durante o desenvolvimento desta dissertação, o título do trabalho sofreu alterações; entretanto, os objetivos gerais e as questões formuladas aos participantes mantiveram-se inalterados.

CADASTRO NACIONAL DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO - PNMAMQ NA PLATAFORMA DO IPHAN

07/10/2025, 19:09

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão

Ministério da Cultura
Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*



- CNSA MG01005 -

Nome do sítio: Morro da Queimada**Outras designações e siglas:** denominação antiga Morro do Pascoal**CNSA:** MG01005**Município:** Ouro Preto**UF:** MG

Descrição sumária do sítio: Sítio arqueológico de inestimável valor, por ser um testemunho material das primeiras tipologias arquitetônicas da cidade e guardar preciosos registros da exploração de ouro no início do século XVIII.

Sítios relacionados: Santo Antonio, Mariana MG**Comprimento:** 1850m**Largura:** 1050m**Altura máxima:** 300m

(a partir do nível do solo)

Área: 1252500m²**Medição**☐ Estimada☐ Passo☐ Mapa☒ Instrumento**Unidade geomorfológica:** Serra**Compartimento topográfico:** Meia encosta**Altitude:** 1380m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Nascente da Serra Ouro Preto**Distância:** 0m**Rio:** do Funil**Bacia:** do Carmo

Vegetação atual

☐ Floresta ombrófila☐ Floresta estacional☐ Campinarana☐ Capoeira☒ Savana (cerrado)☐ Savana-estépica (Caatinga)☐ Estepe**Outra:** campo rupestre e floresta semi-decidual aberta

Uso atual do terreno

☐ Atividade urbana☐ Via pública☐ Estrutura de fazenda☐ Pasto☐ Plantio☒ Área devoluta**Outro:****Propriedade da terra**☐ Área pública☒ Área privada☐ Área militar☐ Área indígena**Outra:**

moradia, vias de servidão e áreas livres

Proteção legal☐ Unid. de conservação ambiental**Em área tombada**☐ Municipal☐ Estadual☒ Federal☒ Patrim. da humanidade

Categoria

☐ Unicomponencial☒ Multicomponencial☐ Pré-colonial☐ De contato☒ Histórico**Tipo de sítios:** Caminho, estrada, habitacao**Forma:** Irregular**Tipo de solo:****Estratigrafia:****Contexto de deposição**☒ Em superfície☐ Em profundidade**Exposição**☒ Céu aberto☐ Abrigo sob rocha☐ Gruta☐ Submerso☐ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3

07/10/2025, 19:09

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*	
Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC	- CNSA MG01005 -
Centro Nacional de Arqueologia - CNA	
Estrutura ☐ Área de refugio ☐ De lascamento ☐ De Combustão (fogueira, forno, fogão) ☐ Funerárias ☒ Vestígios de edificações ☒ Vestígios de mineração ☒ Alinhamento de pedras ☐ Manchas pretas Outras: Ferragens, cachimbos, artefatos de uso cotidiano ☒ Canais tipo trincheiras, valetas ☐ Círculos de pedra ☒ Estacas, buracos de Fossas ☐ Fossas ☐ Muros de terra, linhas de argila ☐ Palafitas ☐ Paliçadas ☐ Concentrações cerâmica - quant.:	Artefatos ☐ Lítico lascado ☐ Lítico polido ☐ Sobre material orgânico Outros vestígios líticos: ☐ Cerâmico ☐ Sobre concha
Material histórico: artefatos de uso cotidiano dos séculos XVIII e XIX Outros vestígios orgânicos: Outros vestígios inorgânicos:	
Arte rupestre: ☐ Pintura: ☐ Gravura: ☒ Ausente:	
FILIAÇÃO CULTURAL Artefatos líticos:	
Artefatos cerâmicos:	
Artefatos rupestre:	
Datações Absolutas: Datações Relativas: Grau de integridade	
Fatores de destruição	
Outros fatores naturais: Outros fatores antrópicos: Possibilidades de destruição: Eminente devido a ocupação irregular e desordenada das encostas de Ouro Preto, MG. Nas últimas décadas, o Morro da Queimada vem passando por um processo de dilapidação. Na ocupação desordenada, por um lado as ruínas vêm sendo desmontadas para aproveitamento das pedras antigas como material de construção e, por outro, as estruturas remanescentes vêm sendo utilizadas como base das novas construções. A falta de proteção dos documentos arqueológicos do Morro da Queimada em Ouro Preto é o caso mais grave de abandono do patrimônio cultural pelos poderes públicos nas suas diversas esferas.	
Medidas para preservação: Projeto de implantação do parque arqueológico do Morro da Queimada	
Relevância do sítio ☒ Alta ☐ Média ☐ Baixa	
Atividades desenvolvidas no local	
☒ Registro ☐ Coleta de superfície ☐ Sondagem ou Corte estratigráfico ☐ Escavação de grande superfície ☐ Levantamento de grafismo rupestre	
Nome do responsável pelo registro: Benedito Tadeu de Oliveira Data do registro: 10/11/2008	
Ano do registro: 2008	

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

07/10/2025, 19:09

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA MG01005 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Parque Arqueológico do Morro da Queimada**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	1	Foto preto e branco:	4
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	1	Video / Filme:	1
Foto colorida:	4	Outra:	1

Bibliografia

MEIRELLES, C. Romanceiro da Inconfidência. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989. OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. As ruínas de Ouro Preto ou Ruínas do Patrimônio, Jornal O Inconfidente, p. 03 em 01/07/2003, Ouro Preto, MG.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. Morro da Queimada a Pompéia brasileira, Jornal Diário da Tarde (opinião), p. 02, em 19/04/2005, Belo Horizonte, MG. OLIVEIRA, Benedito Tadeu de e BAHIA LOPES, Myriam. Projeto PRONAC MINC, 12/2005.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. The Morro da Queimada Archaeological Park, Ouro Preto, MG Brazil, p. 283 a 287. Structural Analysis of Historic Construction. Volume 1. London, UK. Editors: Dina D' Ayala AND Enrico Fodde, 2008.

VASCONCELLOS, Sílvio de. Vila Rica. São Paulo: Perspectiva, 1977. VASCONCELOS, Diogo de. História Antiga de Minas Gerais. Vol. II. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

Responsável pelo preenchimento da ficha: Benedito Tadeu de Oliveira**Data:** 10/11/2008**Localização dos dados:****Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 3 de 3